

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSANA NASCIMENTO MOTA FERREIRA

**TEORIAS SOBRE A IDENTIDADE DE GÊNERO E SUA PROBLEMÁTICA NA
EDUCAÇÃO: APRESENTAÇÃO DAS QUESTÕES SOB A PERSPECTIVA
FILOSÓFICA**

CURITIBA

2019

ROSANA NASCIMENTO MOTA FERREIRA

TEORIAS SOBRE A IDENTIDADE DE GÊNERO E SUA PROBLEMÁTICA NA
EDUCAÇÃO: APRESENTAÇÃO DAS QUESTÕES SOB A PERSPECTIVA
FILOSÓFICA

Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Filosofia da Educação: Ética,
Política e Educação, do setor de Educação da
Universidade Federal do Paraná, como requisito
à obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Prof.^a Dra. Karen Franklin da Silva

CURITIBA

2019

Dedico este trabalho a quem aprendeu o valor da tolerância, da empatia e do amor, por meio daquilo que sofreu em sua própria jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao Autor da Vida, toda honra.

Ao corpo docente do programa de Especialização em Filosofia da Educação, do Setor de Educação da UFPR, minha gratidão e admiração.

À professora Dra. Karen Franklin da Silva pela dedicação e generosos incentivos que, vindos de tão estimada mestre, renovou-nos a confiança e determinação no decorrer da jornada.

Ao Emerson e Murilo, homens que sabem amar incondicionalmente.

À Cida e Elisor, pais que são um porto seguro que sempre posso confiar.

A educação é assim o ponto em que se decide se se ama suficientemente o mundo
para assumir responsabilidade por ele...

Hannah Arendt

RESUMO

O presente texto discute diferentes teorias de gênero, tendo como foco principal a formação da identidade e suas implicações nas propostas de políticas públicas para a educação. A investigação observou que os profissionais da educação básica estariam no meio do fogo cruzado teórico e sendo questionados constantemente por pessoas com diferentes concepções de identidade. Para tanto buscou-se apresentar a questão de forma que se possa ter um panorama do estado atual da questão na perspectiva da discussão filosófica. A investigação descreve diferentes conceitos de formação da identidade na tentativa de demonstrar a diversidade de perspectivas que se apresentam sobre o tema. Constatou-se que existem teorias contraditórias entre as teorias de formação da identidade. No entanto, observou-se que os documentos oficiais que referenciam políticas públicas quanto às questões de gênero na educação brasileira, seguindo as diretrizes e objetivos da ONU, apesar de nos últimos anos incluir e atender demandas de setores da sociedade historicamente desemparelhados, mantêm uma perspectiva conceitual unilateral e reproduz o velho contexto conceitual potencializador de exclusão e opressão sobre os diferentes. Assim, buscou-se o pensamento político de John Rawls, como possibilidade estratégica para refletir sobre o problema com a identidade de gênero, pois seu trabalho argumenta sobre a razoabilidade dos seres racionais envolvidos na discussão, porque se todos insistirem que sua posição individual seja universalizada, não haveria como ordenar tais desejos. Viu-se que estabelecer a razoabilidade e igualdade de condições como a métrica da discussão parece o mais razoável. Nesse sentido, percebemos que a questão dos conflitos teóricos sobre identidade de gênero não é o primeiro e certamente não será o último entrave conceitual inegociável para diferentes setores da sociedade, pois poucos estão dispostos a entrar no processo democrático que envolve a definição de princípios e concepções a respeito.

Palavras-chave: Conceitos de identidade. Gênero. Educação. Políticas públicas.

ABSTRACT

This paper discusses different gender theories, focusing on identity formation and its implications on public policy proposals for education. The research noted that basic education professionals would be in the midst of theoretical crossfire and constantly being questioned by people with different conceptions of identity. To this end, we sought to present the issue in such a way that we can have an overview of the current state of the issue from the perspective of philosophical discussion. The research describes different concepts of identity formation in an attempt to demonstrate the diversity of perspectives on the subject. We find that there are contradictory theories between theories of identity formation. However, it was observed that official documents that refer to public policies regarding gender issues in Brazilian education, following the guidelines and objectives of the UN, although in recent years include and meet demands from historically disparate sectors of society, maintain a perspective unilateral concept and reproduces the old conceptual context that potentiates exclusion and oppression over the different. Thus, John Rawls's political thought was sought as a strategic possibility to reflect on the problem with gender identity, since his work argues about the reasonableness of the rational beings involved in the discussion, because if everyone insists that their individual position be universalized there will be no way to order such desires. We have found that establishing reasonableness and equality of conditions as the metric of discussion seems the most reasonable. In this sense, we realize that the issue of theoretical conflicts about gender identity will not be the first and certainly will not be and the last non-negotiable conceptual barrier for different sectors of society, as few are willing to enter the democratic process that involves the definition of principles and conceptions about it.

Keywords: Concepts of identity. Gender. Education. Public policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONCEPÇÕES DE GÊNERO: AS PRELIMINARES DE UM CONFLITO	11
2.1 A LEGITIMAÇÃO DA DISCORDÂNCIA: UMA QUESTÃO A SER DEBATIDA.....	11
2.2 COMO SE CHEGOU AO ESTADO ATUAL: QUESTÕES CONCEITUAIS	12
3 TEORIAS SOBRE O GÊNERO	17
3.1 SIMONE DE BEAUVOIR E A CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	17
3.2 BUTLER E A PERFORMANCE DE GÊNERO	21
3.3 AS CRÍTICAS AOS ARGUMENTOS BASEADOS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL	26
3.4 CHARLOTTE WITT E O UNIESSENCIALISMO DE GÊNERO.....	30
3.5 AS CRÍTICAS AO UNIESSENCIALISMO DE GÊNERO.	33
3.6 O DETERMINISMO BIOLÓGICO: A PERSPECTIVA MÉDICA.....	35
3.7 AS CRÍTICAS AO DETERMINISMO BIOLÓGICO PELA PERSPECTIVA DA BIÓLOGA FAUSTO-STERLING	41
3.8 A PERSPECTIVA CRISTÃ SOBRE A IDENTIDADE.....	43
3.9 AS CRÍTICAS AO MODELO METAFÍSICO.....	48
4 OS CONCEITOS DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E A EDUCAÇÃO	51
4.1 A PERSPECTIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME) DA CIDADE DE CURITIBA QUANTO À IDENTIDADE.....	51
4.2 A PERSPECTIVA CONCEITUAL UNILATERAL DOS TEXTOS REFERENCIAIS PARA A EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS.....	52
4.3 A CAMINHO DE UMA REFLEXÃO CONCLUSIVA: A NECESSIDADE DE JUSTIÇA E EQUIDADE PARA TODOS.	54
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

Diante de questões complexas em relação a concepção de homem, diversidade de crenças, ideologias e expectativas distintas quanto a formação educacional dos jovens, as escolas buscam promover o ensino a partir da atuação de diferentes personagens, como professores, alunos e familiares. Em um momento em que a sociedade discute paradigmas nas questões sobre a identidade de gênero, aqueles que vivenciam o ambiente escolar podem sentir-se desorientados e inseguros no momento de lidar com situações moralmente conflitantes em nosso tempo. Um exemplo onde percebe-se essa sensação de insegurança, por parte de educadores, seria quando se ensina sobre a noção de identidade para crianças da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Quando um educador afirma, para seus alunos, que certas atitudes, palavras ou formas de pensar são predominantemente masculinos ou femininos, geralmente enfrenta oposição de pais, supervisores ou colegas. Da mesma forma, quando afirma para os estudantes, não haver hábitos exclusivos de um determinado gênero, também enfrenta questionamentos, julgamentos e até repreensões devido à sua posição. Portanto, percebe-se que os profissionais da educação básica, modalidade de ensino a qual foi observada, estão no meio do “fogo cruzado” teórico e sendo questionados constantemente por pessoas com diferentes concepções de identidade.

Devido a esse estado de coisas, um estudo filosófico da realidade contemporânea, à luz das contribuições de pensadores da identidade de gênero de diferentes áreas de pesquisa, poderia trazer mais entendimento para se conviver diante de questões conflituosas quanto a ética, moralidade, valores e políticas da educação. O problema de questões éticas aparece mais claramente quando os profissionais da educação ensinam crianças pequenas que ainda não são responsáveis nem tem total capacidade de discernimento. Tais conflitos se evidenciam quando o profissional deve escolher sobre qual concepção determinado assunto deve ser abordado: sua própria concepção, a concepção curricular ou a concepção dos pais? Quanto a questões morais e de valores que geram conflitos, estas ocorrem quando abordamos questões que envolvem costumes e tradições relativas ao gênero, pois muitos costumes aceitos historicamente são hoje questionados na sociedade. No que se refere a políticas educacionais, pode-se

lembrar do material que seria distribuído pelo Ministério da Cultura visando atender políticas de inclusão, apelidado de “kit gay”, que sem ao menos ter chegado as escolas já convulsionou o país.

No contexto da comunidade escolar, como também toda a sociedade, os profissionais da educação observam as ações políticas que lhe afetam, pois conscientemente ou não, são atores ativos na resolução de conflitos de interesses, embora, em geral, os profissionais da educação nem sempre estejam cientes da possibilidade de estarem contribuindo para efetivação de políticas contrárias a seus próprios interesses, devido ao desconhecimento de origens ideológicas/filosóficas dos argumentos que fundamentam tais políticas. Há um desconhecimento sobre as disputas ideológicas e de poder que envolvem teorias que afetam a educação, em especial as teorias de gênero, e por isso, a presente pesquisa se manifesta como fundamental para esclarecer certos pontos de vista.

Para superar um possível comportamento de “rebanho”, ou seja, agir de acordo com o movimento da massa sem que haja reflexão ou crítica, surge a necessidade de pesquisar as origens filosóficas das teorias de gênero mais presentes no cenário atual, as influências que sofreram até o momento em seu percurso histórico e as influências que exerceram ou têm exercido na concepção de ética, na política e consequentemente, na educação do século XXI.

Portanto, discute-se no presente texto, diferentes concepções sobre a formação da identidade e suas implicações nas propostas de políticas públicas para a educação. Para tanto, buscou-se apresentar a questão de forma que se possa ter um panorama do estado atual da questão na perspectiva da discussão filosófica e também, as contribuições de outras áreas que discutem o tema como a neurologia, psicologia, teologia, biologia ou a antropologia. O capítulo 2 traz a argumentação sobre a necessidade da manutenção da liberdade de divergir, descrita com a explicação do que seria a legitimação da discordância e depois, há a contextualização histórica sobre a troca da expressão sexo por gênero para designar a identidade. O capítulo 3 apresenta quatro concepções sobre a formação da identidade, a saber, a perspectiva da construção social, do uniessencialismo de gênero, do determinismo biológico, a perspectiva cristã e também, as críticas a cada uma das respectivas teorias. O capítulo 4 mostra sob qual perspectiva identitária os referenciais para a educação estão fundamentados e as possíveis consequências políticas que uma

opção unilateral, feita pelo Estado, pode gerar. Conclui-se o capítulo com a reflexão trazida pelo pensador da filosofia política, John Rawls, sobre o que seria uma sociedade justa e quais seriam os princípios que deveriam ser observados para a garantia da liberdade, justiça e igualdade de condições para todos.

2 CONCEPÇÕES DE GÊNERO: AS PRELIMINARES DE UM CONFLITO

A discussão sobre o gênero tem sido feita por diversos teóricos e teóricas que trabalham no desenvolvimento conceitual da questão, que se pode dizer, distingue-se em vertentes como a da concepção do gênero, fundada na construção social, e a concepção do gênero, entendida como tendo uma essência que lhe determina. Será considerado diferentes estudiosos na questão de gênero: primeiramente, aqueles que concebem o gênero como predominantemente construído, como Simone de Beauvoir, Charlotte Witt, Judith Butler e Anne Fausto-Sterling; em um segundo momento, aqueles que defendem as determinações biológicas do gênero, como Simon Baron-Cohen e Doreen Kimura; e, por fim, será examinado a perspectiva metafísica ecoada em textos fundamentados pela teologia cristã, que também exercem grande influência na discussão histórica.

Portanto, diante de diferentes concepções, foi apreendida uma pesquisa bibliográfica conceitualmente diversificada. Pretendeu-se ter mais clareza quanto as questões que norteiam as teorias de gênero e a discussão de políticas públicas para a educação. Existiriam teorias contraditórias quanto ao entendimento sobre o gênero no cenário nacional ou internacional? Caso existam, tais teorias estariam consideradas nas discussões que visam elaborar políticas mediadoras de conflitos de gênero em situações de ensino? Ou seja, quais proposições teóricas, de diferentes perspectivas ideológicas/filosóficas, existem na bibliografia para mediar esses conflitos? É possível identificar, em textos e discussões propostas por pensadores da educação, a intenção de considerar teorias de origem ideológica/filosófica opostas, no intuito de fundamentar políticas plurais, que garantam equidade e contemplem os cidadãos brasileiros em sua diversidade religiosa, ideológica e política? O trabalho de esclarecimento é árduo e não tem a pretensão de esgotamento, mas certamente colaborará para o discernimento teórico dos profissionais da educação, que precisam mediar conflitos de gênero.

2.1 A LEGITIMAÇÃO DA DISCORDÂNCIA: UMA QUESTÃO A SER DEBATIDA

O reconhecimento se tornou questão essencial para a legitimação da identidade de gênero. No entanto, é preciso constatar que é muito improvável que as diversas esferas da sociedade, destacando-se a religiosa e os movimentos LGBTI+,

cheguem à unanimidade sobre a legitimação de concepções identitárias que requerem aceitação social ou de grupo irrestrita.

Nesse sentido, buscou-se esclarecer se é possível confirmar teoricamente os argumentos que fundamentam a legitimação da discordância sobre a concepção de identidade de gênero. Usa-se o termo legitimação da discordância, para expressar um tipo de acordo coletivo ou uma consciência social que permita a convivência ou pelo menos, coexistência pacífica entre pessoas com questões identitárias inegociáveis para si e que conflitam com valores inegociáveis de outros, e que o fato de haver pessoas com questões identitárias pessoalmente inegociáveis, seja socialmente legítimo.

A proposta é uma exploração bibliográfica que busca instruir a aceitação de pessoas e suas concepções morais divergentes, que ao acolher a existência permanente desta “oposição”, se manifestem e relacionem na manutenção do estado de respeito, liberdade e paz.

2.2 COMO SE CHEGOU AO ESTADO ATUAL: QUESTÕES CONCEITUAIS

Segundo Scott (1995) o termo gênero começou a ser usado pelo movimento feminista como uma forma de expressar a organização social das relações entre os homens e mulheres. A intenção seria ampliar a aplicação da palavra de apenas homem e mulher para outros agrupamentos e distinções de organização identitária. Pontua-se que a questão feminista se inicia oficialmente com a luta pela igualdade de condições e relações no âmbito trabalhista, e a pauta feminista clássica é o reconhecimento da igualdade de tratamento. ministas americanas propuseram o uso da palavra gênero com a intenção de classificar fenômenos e enfatizar o aspecto social das diferenciações baseadas no sexo. Nota-se que a luta por igualdade de condições abarca também o reconhecimento das diferenças, o que pode parecer antagônico, mas é compreensível ao considerarmos as condições justas de tratamento na perspectiva da equidade. O termo gênero marcaria então, uma negação do determinismo biológico quando se trata de sexo ou diferença sexual, pois o gênero indicaria aquilo que vem de fora do ser e nele se instala por força dos costumes.

O deslocamento da determinação macho e fêmea dos comportamentos sociais destes, além de influenciar em questões sobre igualdade de condições de

educação, trabalho e afins, seria um esforço para deslocar também o discurso referente ao binarismo compulsório esperado nas relações afetivas (homem/mulher) por parte de teóricos e teóricas de gênero. Scott, afirma ainda que a literatura sobre a história das mulheres alterou, nos últimos anos, a palavra mulheres por gênero. E realmente é visto que a bibliografia sobre o assunto, absorveu o termo gênero e este foi incorporado nela de forma predominante.

A intenção dessa troca seria alcançar o reconhecimento político desse campo de pesquisa, intencionando mostrar uma impressão mais rigorosa junto às ciências sociais. No mesmo sentido, afastar um possível temor de que as pesquisas quanto as relações de gênero fossem tomadas como uma ameaça, buscando obter legitimidade acadêmica para os assuntos ligados aos movimentos feministas nos anos de 1980. Essa mudança conceitual tem influenciado significativamente estudos acadêmicos e políticas de representação, como é o caso da exigência da quantidade mínima de mulheres candidatas por siglas políticas. Mas também, entre a população em geral há uma certa confusão quanto ao conceito de gênero, uma vez que quando se fala em gênero, este pode ser vinculado às questões de identidade, de sexualidade ou fatores biológicos.

Ainda sobre a mudança conceitual de mulheres para gênero, esta mudança trouxe maior força para minorias como as que não se enquadravam no sistema social binário, fazendo com que estas categorias se unissem sob o “guarda-chuva” do gênero tendo então, maior representatividade política. Especificamente quanto as mulheres, embora não sejam uma minoria em termos numéricos, historicamente foram desconsideradas em questões como oportunidades de educação, trabalho, modos de vida diferentes da vida essencialmente doméstica e em sua liberdade de usufruir práticas de lazer consideradas impróprias para si, como é o caso de frequentar ambientes sociais, predominante masculinos, desacompanhadas e serem respeitadas como todos os demais presentes.

A expressão “construção social” é importante para compreender a atual significação da palavra gênero, pois rejeitaria explicações biológicas para as formas de subordinação feminina por exemplo, e analisa essa subordinação a partir da construção social das relações na sociedade. Seria uma forma de expressar as origens exclusivamente sociais das identidades de homens e mulheres. Assim, diferencia as características sociais das práticas sociais. Nessa perspectiva, da

construção social, a identidade de gênero não poderia determinar o ser, porque o ser é que determinaria a sua própria identidade, muito menos determinaria um comportamento padrão de homens e mulheres, pois o comportamento poderia ser construído e sendo assim, também desconstruído.

Para Scott (1995), a definição do termo gênero se baseia em duas proposições. A primeira diz respeito ao gênero ser algo constituído de relações sociais fundamentadas nas diferenças perceptíveis nos sexos. A segunda aborda o gênero como uma forma de dar significado às relações de poder. Para essa teórica, “explodir” a noção de fixidez na representação binária do gênero é o desafio da nova pesquisa histórica e ainda, que esse tipo de análise deveria incluir uma concepção política, uma referência a instituições e à organização social. Enfim, a palavra gênero passa a ser vista como uma categoria de análise.

Em meados dos anos 1980, como articulado por Pereira (2016), Adrienne Rich e Monique Wittig usam análises, para estudos de sexualidade, que seguem a perspectiva pós-estruturalista, que pressupõe que a dinâmica entre discursos é baseada em relações de poder, produzindo normas e opressões e se alterando conforme os contextos históricos e sociais. Nesse contexto se propõe a Teoria Queer, usada pela teórica Teresa de Lauretis, que por sua vez, fundamenta-se nos estudos filosóficos de Jacques Derrida e Michel Foucault. Ao indagar o quanto o comportamento sexual de um ser humano determina seu gênero, recorre-se a diversificados campos de estudos para construir uma resposta possível. Por hora, são citados alguns, pois serão detalhadas as distintas perspectivas no decorrer da pesquisa. Sendo assim, o primeiro campo é a psicanálise, sobretudo a partir de Freud, que põe a formação da identidade encerrada na sexualidade. Se recorrer à filosofia existencialista de Sartre, cujo princípio é a negação de uma essência que determine o ser e que sua existência só encontra sentido no engajamento político, então é pressuposto que nessa perspectiva é possível afirmar que, na percepção dos engajados, o comportamento sexual seria uma afirmação identitária com força política. Já no campo da teologia cristã, o comportamento sexual não determina o gênero, pois este está dado antes, o ser encerrado no gênero e guiado por sua essência espiritual é quem deveria governar a própria sexualidade dentro de princípios previamente estabelecidos. Ousa-se dizer que é difícil escapar do determinismo, seja ele social,

psíquico ou metafísico, restando ao sujeito a possibilidade de identificar e escolher a natureza daquilo que lhe determina.

A teoria de Judith Butler, que se configurou como uma das principais teóricas da concepção de gênero, faz oposição as concepções estruturalistas dos movimentos feministas precedentes (Pereira, 2016). Considera-se, nos estudos das teorias de gênero, nomes importantes no cenário intelectual como Guacira Lopes Louro (educação), Richard Miskolci e Larissa Pelúcio no cenário Brasileiro. No cenário internacional, pode-se considerar Paul Preciano, Steven Epstein, Roderick Ferguson, entre outros.

Como um contraponto aos autores supracitados, pode-se considerar a pesquisa de Simon Baron-Cohen, que desenvolveu sua teoria empatia/sistematização em que afirma que nas mulheres predomina o tipo de cérebro voltado para empatia, que seria a capacidade de perceber e interpretar as emoções do outro e reagir a elas. Nos homens, predominaria o tipo de cérebro voltado para a sistematização. As características apontadas por Baron-Cohen explicariam a predominância da presença de mulheres nas profissões voltadas para o cuidado e relacionamento e a predominância da presença dos homens nas profissões técnicas e sistemáticas. A partir do ponto de vista da neurociência, como é o caso dos estudos de Baron-Cohen, poderia ser questionado se a natureza determina ou não os sujeitos e se a resposta é positiva, quanto poderia influenciar nas escolhas e posturas diante da vida? Segundo o referido pesquisador, a natureza realmente determinou o tipo predominante de modos de pensamento em cada gênero, no entanto, ele não desconsidera a existência de aspectos sociais importantes na construção da identidade. Seria nessa fronteira entre natureza determinada e influências sociais que questões filosóficas entrariam, visando nesse caso, refletir e elucidar conceitos disputados que norteiam diretrizes pedagógicas.

Um exemplo de conceito disputado é o próprio gênero, que tem sido intensamente discutido por filósofos e filósofas que questionam estudos neurológicos até então publicados, apontando um viés sexista nas hipóteses que norteiam tais pesquisas, havendo até mesmo sido propostos grupos de estudos neurológicos de inspiração feminista. Baron-Cohen tem enfrentado duras críticas por suas afirmações, pois estas reafirmariam o sexismo quando diz que homens são neurologicamente

mais capazes de lidar com profissões que exigem capacidade analítica, sistematizadora e de abstração.

O estudo de autores com diferentes posições filosóficas, trazem para a discussão contemporânea sobre ética, moral, valores e políticas públicas para a educação, um importante debate quanto a conceitos balizadores de teorias que norteiam ações políticas. Bem como, expõe as controvérsias que os profissionais da educação devem enfrentar no decorrer de seu trabalho. Certamente, ensinar também é esclarecer sobre as dificuldades e diversidades das concepções teóricas sobre as questões humanas.

3 TEORIAS SOBRE O GÊNERO

3.1 SIMONE DE BEAUVOIR E A CONSTRUÇÃO SOCIAL

O *Segundo Sexo*, livro de Simone de Beauvoir publicado em 1949 e referência para o movimento feminista contemporâneo, discute a situação da mulher do nascimento até a velhice diante da realidade existencial que a circunda. Descreve como as condições sociais influenciam e criam o “eterno feminino” esperado de toda mulher e mostra, no decorrer de sua argumentação, como a mulher é colocada como o Outro nas relações humanas. Beauvoir se preocupa em entender a sujeição da mulher à determinação da espécie e afirma que o corpo da mulher é um dos elementos fundamentais para a situação desta no mundo. Apenas seu corpo não bastaria para defini-la, só teria realidade se assumido pela consciência através das ações e inserido em uma sociedade. Sua pergunta essencial é: por que a mulher é o Outro? Ela quer saber como a natureza foi nela revista através da história, na verdade, Simone de Beauvoir busca esclarecer o que a humanidade fez da mulher.

Essas questões são pertinentes para a discussão sobre a condição histórica de inferioridade social da mulher em relação ao homem e possibilita a reflexão sobre certezas estabelecidas quanto a feminilidade e masculinidade, e rever talvez, práticas e discursos usados com estudantes, através de expectativas e objetivos avaliativos, liberdades e limites estabelecidos a si mesmo e aos alunos(as). Tais questões motivou a mudança de paradigma acerca da concepção sobre a formação da identidade de gênero, questionando que esta não seria uma realidade dada, mas sim uma realidade passível de construção.

Beauvoir busca responder seus questionamentos analisando dados da biologia, psicologia, história, dos mitos (literatura), da formação e da situação da mulher (esposa, mãe, prostituta). Conclui falando sobre a mulher independente e faz uma crítica importante as mulheres de sua época, crítica capaz de fazer refletir inclusive a mulher pós-moderna. Por isso, analisa-se as relações de gênero e educação na perspectiva Beauvoiriana, pois a partir de suas reflexões muitas questões floresceram no século XX.

É importante ter presente que a autora escreve a partir de uma concepção existencialista, portanto pressupõe que a existência precede a essência, ou seja, a

partir do nascimento é que o ser construiria sua essência, aquilo que constituirá sua subjetividade, seus limites morais e suas possibilidades existenciais. Essa concepção é fundamental em seu pensamento, pois se não há nada que referencie o ser antes de sua existência, este estaria desamparado e seria preciso ter consciência desse desamparo para que seja possível se tornar o criador de seu próprio destino. Assim, diz que

A arte, a literatura, a filosofia são tentativas de fundar de novo o mundo sobre uma liberdade humana: a do criador. É preciso, primeiramente, se colocar sem equívoco como uma liberdade, para alimentar tal pretensão. As restrições que a educação e os costumes impõem à mulher limitam seu domínio sobre o universo. Quando o combate para conquistar um lugar neste mundo é demasiado rude, não se pode pensar em dele sair; ora, é preciso primeiramente emergir dele numa soberana solidão, se se quer tentar reapreendê-lo: o que falta primeiramente à mulher é fazer, na angústia e no orgulho, o aprendizado de seu desamparo e de sua transcendência (BEAUVOIR, 2016, p. 536, vol. II).

Como se vê, um princípio fundamental a ser apreendido por aquelas que desejam superar as restrições da educação e dos costumes, segundo Beauvoir, é libertar-se da mentalidade historicamente posta. E uma das concepções históricas a ser superada seria a concepção de masculinidade e feminilidade limitadas pelos costumes e tradições. Beauvoir enfrenta a questão histórica da concepção da essência das mulheres, a saber, sua feminilidade. Constata que o poeta Montherlant (Romancista, que em suas obras de 1936 expunha a essência feminina) mantém a perspectiva conceitual que segundo ela, deve ser criticada por exigir da mulher algo externo a ela. Ele crê “nesta obscura e irredutível essência: a feminilidade. Considera, após Aristóteles e São Tomás, que ela se define negativamente; a mulher é mulher por falta de virilidade; é o destino que todo indivíduo do sexo feminino deve suportar sem poder modificá-lo” (Beauvoir, 2016, p. 272 vol. I). Ao discutir a infância e a formação da subjetividade a pensadora diz que “entre meninos e meninas, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade” (Beauvoir, 2016, p.11, vol. II), portanto, ambos teriam os mesmos instrumentos para compreensão do mundo, sendo os olhos, as mãos e não os órgãos sexuais que apreenderiam o universo. Ao contrário, os adultos é que lançariam o significado nos órgãos sexuais da criança. Beauvoir cita o exemplo do pai que leva o menino ao banheiro e diz “vou lhe mostrar como fazem os homens” e então, o menino se orgulha de ter sido distinguido e iniciado pelo pai. Em contrapartida, as meninas não teriam seus genitais louvados por suas mães que

não se deixa pegar ou ver. A autora diz que a menina não sente a ausência do pênis como falha; “seu corpo é evidentemente uma plenitude para ela, mas ela se acha situada no mundo de um modo diferente do menino e um conjunto de fatores pode transformar a seus olhos a diferença em inferioridade” (Beauvoir, 2016, p. 16 vol. II).

Ao analisar a questão da mulher pela psicanálise, Beauvoir discute o complexo de castração feminino amplamente presente no discurso dos psicanalistas. No entanto, a autora se opõe à ideia de que a formação da subjetividade da menina se fundamenta no trauma da ausência do pênis, diz que “há, em todos os psicanalistas, uma recusa sistemática da ideia de escolha e da noção de valor que lhe é correlativa; é o que constitui a fraqueza intrínseca do sistema” (Beauvoir, 2016, p. 74 vol. I). A pensadora critica Freud por este ter desvinculado impulsos e proibições da escolha pessoal, pois encarar a natureza do corpo e seus impulsos como determinantes das ações do existente seria uma concepção muito reduzida da capacidade do ser de transcender, pois “os psicanalistas consideram que a verdade primeira do homem é uma relação com seu próprio corpo e com o corpo de seus semelhantes no seio da sociedade [...] o homem pretende alcançar concretamente a existência através do mundo inteiro, apreendido de todas as maneiras possíveis” (Beauvoir, 2016, p. 75 vol. I). A pensadora ainda afirma que a noção de escolha é que os psicanalistas rechaçam com mais vigor em nome do determinismo e do inconsciente coletivo. Beauvoir ressalta muito a liberdade e que esta não é incompatível com a existência de certas “constantes na ligação do ontológico ao sexual”. No processo de se “tornar mulher” a menina estaria submetida a diversas possibilidades existenciais a sua escolha, e características tidas como universais constitutivas da concepção de feminilidade e masculinidade, seriam consequentes de

Indivíduos análogos, colocados em condições análogas, perceberão no dado significações análogas; essa analogia não cria uma universalidade rigorosa, mas permite encontrar tipos gerais nas histórias individuais... O simbolismo não caiu do céu nem jorrou das profundezas subterrâneas: foi elaborado, assim como a linguagem, pela realidade humana que é *mitsein* ao mesmo tempo que separação, e isso explica que a invenção singular nele tenha seu lugar (BEAUVOIR, 2016, p. 76, vol. I).

Segundo a pensadora, essa perspectiva permite compreender a importância dada ao órgão masculino, comenta que não é possível explicá-lo sem partir de um fato existencial que é a tendência do sujeito para a alienação, pois a angústia de sua liberdade o faz procurar-se nas coisas

Por isso é constante que o falo encarne carnalmente a transcendência. Como é igualmente constante que a criança sinta-se transcendida, isto é, frustrada de sua transcendência pelo pai, encontraremos portanto a ideia freudiana de “complexo de castração”. Privada desse *alter ego*, a menina não se aliena numa coisa apreensível, não se recupera; em consequência, ela é levada a fazer-se por inteira objeto, a pôr-se como o Outro (BEAUVOIR, 2016, p. 77, vol. I).

O falo teria um valor tão grande porque simboliza uma soberania que se realiza em outras áreas. A autora argumenta que se a mulher conseguisse se afirmar como sujeito, inventaria substitutos para o falo. Diz ainda que há sociedades em que as mulheres detêm aquilo que a coletividade se aliena, assim o falo perde bastante do seu prestígio. Argumenta que é apenas na situação apreendida em sua totalidade que o privilégio anatômico cria um privilégio humano. Assim, conclui-se que “cumpre repetir mais uma vez que nada é natural na coletividade humana e que, entre outras coisas, a mulher é um produto elaborado pela civilização” e ainda que “a mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que reassume, através de consciências alheias, o seu corpo e sua relação com o mundo” (Beauvoir, 2016, p. 550 vol. II). Beauvoir está convicta da construção histórica do Eterno Feminino, pois

Desde a primeira infância se a menina fosse educada com as mesmas exigências, as mesmas honras, as mesmas severidades e as mesmas licenças que seus irmãos, participando dos mesmos estudos, dos mesmos jogos, prometida a um mesmo futuro, cercada de mulheres e de homens que se lhe afigurassem iguais sem equívoco, o sentido do “complexo de castração” e do “complexo de Édipo” seria profundamente modificado (BEAUVOIR, 2016, p. 551 vol. II).

Nesse sentido, percebe-se que Simone de Beauvoir contesta fortemente qualquer determinismo que pretenda dar algum destino para o existente, seja esse determinismo originário da natureza, da psique humana ou metafísico. Sua posição existencial requer que haja uma revisão sobre a objetificação do corpo da mulher, tornando-a capacitada para a igualdade, pois não estaria submersa na conceituação que a limita. Assim, parece ser na educação que Simone de Beauvoir aposta para a modificação das condições de ser mulher.

3.2 BUTLER E A PERFORMANCE DE GÊNERO

Na obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da sexualidade*, Judith Butler apresenta sua argumentação, do ponto de vista feminista, referente ao problema da opressão que mulheres e homens homossexuais sofrem por não terem suas identidades politicamente legitimadas. A autora explica que a partir do método de investigação chamado genealogia, compreendido como um método que

[...] investiga as apostas políticas, designando como *origem e causa de* categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003, p. 9).

Inspirada no método utilizado também por Foucault, Butler parte da premissa que a identidade, ou melhor, que as categorias de identidade são resultado de instituições, como o falocentrismo, a heterossexualidade e também das práticas e dos discursos. Diante desse problema, a teórica propõe uma estratégia diferente para as pesquisas feminista, pois

[...] já não está claro que a teoria feminista tenha que tentar resolver as questões da identidade primária para dar continuidade à tarefa política. Em vez disso, devemos nos perguntar que possibilidades políticas são consequência de uma crítica radical das categorias de identidade? Que formas novas de política surgem quando a noção de identidade como base comum já não restringe o discurso sobre políticas feministas? E até que ponto o esforço para localizar uma identidade comum como fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e as normas políticas da própria identidade? (BUTLER, 2003, p. 9).

Para o enfrentamento do efeito das referidas instituições, Butler apresenta opções como desconstruir conceitos, subverter o poder, transgredir restrições, criticar radicalmente o conceito de identidade tradicional e a heteronormatividade compulsória e reconstruir uma nova linguagem a partir de sua teoria feminista. A pensadora fundamenta toda a sua argumentação a partir da perspectiva de que a realidade é construção e que essa se dá a partir da linguagem, pois “as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; consequentemente, não há posição fora desse campo” (Butler, 2003, p. 22).

Entende-se que é muito importante, para a compreensão do texto dessa pensadora, levar em consideração que sua premissa fundamental de argumentação está baseada na filosofia da linguagem inicialmente proposta por Wittgenstein. Ele foi quem, na primeira metade do século XX, questionou radicalmente os pressupostos, referentes a linguagem, estabelecidos desde Platão e Aristóteles. Enquanto os últimos defendiam que a linguagem é uma expressão da realidade, ou seja, da essência das coisas, o primeiro defendeu que o significado das palavras é estabelecido pelo seu uso, constituindo um tipo de jogo de linguagem. Sobre o histórico dessa discussão é visível que

Na história do Ocidente, sempre se questionou um ou outro aspecto isolado desse processo, conservando-se, porém, intocada a concepção de linguagem como algo secundário no conhecimento da realidade. Tal concepção faz-se presente nos tempos modernos, quando, por exemplo, Descartes admite a possibilidade de uma reflexão radical independente da tradição e da linguagem. Para ele, a consciência pode atingir a *certeza plena*, o problema fundamental da teoria do conhecimento, sem a mediação linguística, isto é, por pura auto intuição, sem nenhuma referência a uma comunidade linguística. De modo geral, pode-se dizer que só o segundo Wittgenstein questionou radicalmente os fundamentos dessa concepção (OLIVEIRA, 2005, p. 33).

Observa-se que para apreender a visão Butleriana sobre a concepção de identidade, antes é necessário ter presente a concepção filosófica inaugurada por Wittgenstein de que o uso das palavras determina seu significado. Essa concepção foi posteriormente explorada e ampliada por J. L. Austin com a publicação, em 1962, da obra *How to do things with words*, que discorre sobre o que pode ser feito com as palavras. Sua teoria, assim como a de Wittgenstein, se opõe à então tradicional teoria da linguagem. Sua tese gira em torno da possibilidade de três formas de declarar uma sentença, quais sejam, a forma declarativa, a forma constatativa e a forma performativa. A grande novidade inaugurada por Austin foi perceber e sistematizar a forma expressiva performativa a qual trata de enunciados que “não constata fatos ou ações, mas antes eles mesmos executam uma ação, fazem parte de uma operação. A própria declaração das palavras, realizada em certas condições, significa a execução de uma ação” (Oliveira, 2005, p. 152). Assim, nota-se que

Com essas expressões não descrevemos o que pensamos ou fazemos, mas com elas fazemos realmente alguma coisa. Quando diante do altar digo sim, não descrevo o que faço, mas caso-me dizendo sim. A esse tipo de expressão linguística Austin chama de “performativa” (do verbo inglês

to perform) precisamente para distingui-las das proposições comumente consideradas – aquelas que exprimem um ato de constatação –, pois a própria designação executa a ação. Tais expressões não descrevem fatos, mas constituem fatos, isto é, ações executadas pelo sujeito que as profere (OLIVEIRA, 2005, p. 152).

Então, no enunciado performativo dizer algo seria equivalente a fazer algo. É de extrema importância para a compreensão dessa perspectiva da linguagem/realidade, pontuar que “não tem sentido por aqui a pergunta a respeito de sua verdade ou falsidade, o que para a tradição era a característica fundamental das sentenças” (Oliveira, 2005, p. 153). O critério a ser observado no uso da sentença performativa pode ser considerado a partir de questionamentos como “sob que condições a ação em questão se realiza ou não? Quais exigências devem ser cumpridas para que tais atos, de fato, se realizem? Em que circunstâncias se pode dizer que tais atos não chegam à realização?” O resultado desses questionamentos é o que Austin nomeou de “doutrina dos reveses” dos atos performativos, que diz respeito ao sucesso ou insucesso efetivo da ação pronunciada. Diz que “os reveses dos atos performativos correspondem, portanto, à falsidade dos atos constatativos, só que não se pode esquecer que se trata aqui de uma dimensão diferente” (Oliveira, 2005, p. 153). Entende-se que a expressão “dimensão diferente” diz respeito a dimensão da linguagem descritiva (descreve uma realidade essencial) e a linguagem performativa (descreve uma ação que pela repetição é estabelecida como realidade).

A partir do entendimento da concepção linguística de performatividade de Austin, Butler busca propor estratégias capazes de superar o problema da linguagem através da desconstrução dos conceitos sobre a questão da identidade, tanto no campo da linguagem, como também no campo político e diz que

Se a noção estável de gênero dá mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e a identidade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político (BUTLER, 2003, p. 23).

A questão do poder (político) está fortemente presente no pensamento da autora, esta comenta que “os vários modelos explicativos oferecidos aqui sugerem caminhos muito diferentes pelos quais a categoria do sexo é compreendida, dependendo de como se articula o campo de poder” (Butler, 2003, p. 40). Um outro aspecto filosófico complexo e importante para compreensão de sua teoria é o ponto

sobre a unidade do ser, em que afirma que “essa aparência (do ser idêntico a si mesmo) se realiza mediante um truque performativo da linguagem e/ou discurso, que oculta o fato de que ‘ser’ um sexo ou um gênero é fundamentalmente impossível (Butler, 2003, p. 40). Kant colocou os pressupostos para o advento da atual Filosofia da Linguagem (analítica) quando propõe “pensar a unidade do múltiplo... como produto de uma atividade da subjetividade. A unidade é assim, construída, constituída, pelo próprio homem enquanto sujeito que age de acordo com regras” (Oliveira, 2005, p. 341). Ora, se a unidade do múltiplo é produto da subjetividade da mente, esse produto (unidade) pode ser, nessa perspectiva, reconstruído pela linguagem performativa como afirma Butler. Se para Kant o que está fora da mente humana é caótico e irracional e a ordem é criada pela mente, para Butler diversos sistemas filosóficos “caíram na armadilha do ‘Ser’ e da ‘Substância’” e “constituem os meios filosóficos artificiais pelos quais a simplicidade, a ordem e a identidade são eficazmente instituídas” (Butler, 2003, p. 42). Para Butler o próprio ser deve ser questionado e não como alega Kant, que colocou a metafísica limitada ao maquinário do pensamento humano e a partir daí, não poderia haver nada de permanente no ser e argumenta que

[...] o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra. No desafio de repensar as categorias do gênero fora da metafísica da substância, é mister considerar a relevância da afirmação de Nietzsche, em *A genealogia da moral*, de que “não há ‘ser’ por traz do fazer, do realizar e do tornar-se; o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra – a obra é tudo”. Numa aplicação que o próprio Nietzsche não teria antecipado ou aprovado, nós afirmaríamos como corolário: não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados (BUTLER, 2003, p. 48).

Com isso, nota-se que Butler aponta compreender o termo gênero como unicamente pertencente a esfera da linguagem performática e que não apresenta nenhuma relação com a realidade, pois se a identidade de gênero é performatividade construída, o próprio termo é resultado dessa construção. Ela também busca complementar suas análises com a perspectiva da vida sob a ótica psicológica do sujeito. Para isso traz ao debate Lacan, Freud e Rivière. Tais teóricos são revisitados por Butler para construir argumentações sobre a formação da autoidentidade a partir

da premissa que esta é estabelecida pelo desejo sexual. Ou seja, o impulso sexual é que governaria a construção do eu. Liberar a expressão da própria sexualidade seria o caminho para o conhecimento de quem se é. Sua crítica a Lacan diz que a “estrutura de tragédia religiosa na teoria Lacaniana mina efetivamente qualquer estratégia de política cultural para configurar uma alternativa imaginária para o jogo dos desejos” (Butler, 2003, p. 90).

A argumentação de Butler se baseia em análises de teorias do campo da psicanálise sobre a influência externa (mãe e pai) na formação da psique humana, cruzadas com análises de estudos filosóficos e antropológicos. Segundo Butler, a pensadora Monique Wittig, apresenta a percepção de que “o poder da linguagem de atuar sobre os corpos é tanto causa da opressão sexual como caminho para ir além dela. A linguagem pressupõe e altera seu poder de atuar sobre o real por meio de atos elocutivos que, repetidos, tornam-se práticas consolidadas e, finalmente, instituições” (Butler, 2003, p. 168). Ao que parece, Wittig não apenas pressupõe o reconhecimento de uma narrativa, mas visualiza um cenário em que “impor” uma perspectiva ao campo linguístico e conseqüentemente a toda esfera da vida, seria realizável porque

A questão não é chamar a atenção para a presença dos direitos das “mulheres” ou das lésbicas como indivíduos, mas opor-se à episteme heterossexista globalizante por meio de um discurso contrário de alcance e poder iguais. A questão não é assumir a posição do sujeito falante, para ser um indivíduo reconhecido num conjunto de relações linguísticas; ao invés disso, o sujeito falante se torna mais do que o indivíduo, torna-se uma perspectiva absoluta que impõe suas categorias a todo o campo linguístico conhecido como “o mundo” (BUTLER, 2003, p. 173).

Pode-se dizer que a concepção butleriana do gênero perpassa o trabalho filosófico elaborado desde muito tempo, revisitando teorias da linguagem, metafísica, política, psicanálise, antropologia e talvez outras mais, e isso requer do leitor um conhecimento amplo para apreender seu raciocínio. Como pode-se perceber quando ela diz que “os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero algum, pois não há nenhuma “essência” que o gênero expresse ou exteriorize, nem tampouco um ideal objetivo ao qual aspire e porque o gênero não é um dado da realidade” (Butler, 2003, p. 199). Nesse caso, quando é lido sobre atos, essência, “ideal objetivo ao qual aspire”, estaria presente a perspectiva de que a linguagem humana é criadora da realidade e que esta não representa a coisa em si, mas apenas um fenômeno, também estaria presente uma crítica à perspectiva cristã

de que a vida teria um propósito (ideal) maior que ela mesmo. Em suas proposições, Butler questiona a identidade como fruto de algum fator universal presente em todos os seres, pois ao discorrer sobre a substância (essência permanente das coisas) e que esta seria apenas “aparência” e não um dado da realidade, discorre que

[...] se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa, em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença (BUTLER, 2003, p. 200).

Observa-se então, que a teoria de gênero butleriana descrita em *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da sexualidade*, não só conceitua uma nova perspectiva de gênero como performance, como também apresenta o seguinte esquema estratégico político de ação dos sujeitos: desconstruir conceitos de gênero institucionalmente estabelecidos; subverter o poder; transgredir restrições; seguir com a crítica radical ao conceito de identidade tradicional e a heteronormatividade compulsória e reconstruir uma nova linguagem identitária a partir da teoria feminista. Com essa proposta, Judith Butler busca estabelecer novos recursos na discussão sobre as teorias feministas, pois busca reconstruir ou estabelecer uma nova fase da discussão sobre identidade.

Com a proposta de Butler em estabelecer novos recursos discursivos para se pensar sobre gênero e identidade, torna-se importante considerar o *locus* da discussão, se no ambiente acadêmico, político ou religioso, pois a situação social do debate pode determinar acolhimentos e rechaços. Conforme o ambiente social dessa inserção, pode-se desencadear novas instituições linguísticas que poderiam parecer normativas ao longo do tempo, mas que poderiam ser igualmente construções que visam reafirmar forças e poderes. Não restringir a discussão sobre identidade de gênero a um binômio ou a uma multiplicidade tipificada parece ser uma conquista de Butler, porém a destituição de identidades também poderia constituir-se em problemáticas sociais específicas.

3.3 AS CRÍTICAS AOS ARGUMENTOS BASEADOS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Em 2008 a Noruega foi considerada, pelo *World Economic Forum* em sua publicação *The Global Gender Gap Report 2008*, a nação com maior igualdade de

gênero em todo o mundo. No entanto, tal título provocou o sociólogo Harald Eia a questionar tal afirmação com a realidade que via em seu entorno. Se existe tamanha igualdade em seu país, porque a maioria das pessoas continuam escolhendo atividades profissionais historicamente típicas de seu respectivo sexo? A essa questão, ele chamou de Paradoxo da Igualdade. Criou assim, um documentário chamado *Hjernevask* (lavagem cerebral – 2010) que ouviu pesquisadores de teorias de gênero, da neuropsiquiatria e psicologia. Sua questão principal era saber porque mesmo em um ambiente de grande liberdade de escolha e oportunidades, havia um índice crescente de mulheres em ocupações voltadas para o cuidado e relacionamento e os homens com ocupações voltadas para sistemas e tecnologia. Após apresentar os argumentos de especialistas na perspectiva da construção social do gênero, ouviu o professor de psicologia da *California State University*, Richard Lippa, cuja pesquisa abrangeu cerca de 200 mil pessoas em 53 países. Lippa concluiu que apesar de estarem em continentes e culturas muito diferentes, a predominância das escolhas profissionais entre homens e mulheres continuam seguindo o padrão tradicional, mulheres predominantemente voltadas para o cuidado e relacionamento e homens predominantemente voltados para a sistematização e tecnologia. Harald Eia entrevistou também Trond Diseth, professor e diretor do departamento de psiquiatria infantil do *Oslo University Hospital*, na Noruega, que desenvolveu um teste para investigar o sexo de bebês nascidos com deformações genitais. O Dr. Diseth afirma que no processo de investigação do sexo, são utilizados brinquedos tidos como femininos, masculinos e neutros para que os bebês escolham. Afirma que há uma clara diferença nas escolhas desde a idade de nove meses. Conclui que a maioria dos bebês nascem com uma disposição biológica nata de escolherem brinquedos típicos masculinos ou femininos conforme sua natureza XX ou XY. Eia entrevista também Simon Baron-Cohen e outros pesquisadores da área.

Ao final do documentário o entrevistador volta a questionar os especialistas de gênero (construção social) que não oferecem argumentos esclarecedores de sua posição de que a biologia não teria papel determinante nas escolhas sociais dos indivíduos. Este documentário obteve importante repercussão em seu país.

Nos EUA, *The American College of Pediatricians*, em 2016, liderado por Michelle Cretella, publicou artigo criticando intervenções medicamentosas e cirúrgicas em crianças e adolescentes considerados, pelo artigo, com disforia de gênero e

recomendou a interrupção imediata dessas intervenções e também o fim da promoção da ideologia de gênero por meio de currículos escolares e políticas legislativas, pois afirmam que cuidados de saúde, currículos escolares e legislação devem permanecer ancorados à realidade física¹ (Cretella, 2016). A publicação deixa clara a posição da Organização de que características biológicas são determinantemente importantes e devem estar alinhadas com o sexo anatômico do indivíduo. Pondera que “a medicina não ocorre no vácuo moral; toda ação ou inação terapêutica é o resultado de algum tipo de julgamento moral que surge da cosmovisão filosófica do médico. A medicina também não ocorre no vácuo político e estar do lado errado da política sexual” poderia gerar sérias consequências para indivíduos que mantêm uma visão política que ignora a realidade biológica (Cretella, 2016)². O artigo descreve que a normalidade é aquilo que funciona conforme o seu próprio *design* e uma das funções do cérebro é perceber a realidade física. Afirma que pensamentos que estão de acordo com a realidade física são normais e pensamentos que se desviam da realidade física são anormais, além de serem prejudiciais para o indivíduo e para os outros. Diz que quando alguém pensa ser aquilo que não é, na melhor das hipóteses a pessoa tem o pensamento confuso e na pior, é uma ilusão, pois só porque ela pensa ou sente algo, esse fato não o faz ser aquilo. Corpo e mente deveriam se alinhar ao sexo biológico e pessoas que se identificam com o sexo oposto não compreendem um terceiro sexo, mas continuam sendo homens ou mulheres. A disforia de gênero, afirma, é um problema que reside na mente e não no corpo. Argumenta que especialistas de ambos os lados do debate concordam que de 80% a 90% das crianças com este transtorno aceitaram seu sexo biológico no final da adolescência.

A jornalista Dale O’Leary, autora da obra *The Gender Agenda*, 1997, afirma que a expansão da chamada ideologia de gênero teve início na Conferência sobre as Mulheres, em Pequim, 1995. Em tal conferência foi então orientado que os governos de todo o mundo incorporassem a perspectiva do gênero em programas e políticas de

¹ Texto original: “*The American College of Pediatricians recommends an immediate cessation of these interventions, as well as an end to promoting gender ideology via school curricula and legislative policies. Healthcare, school curricula and legislation must remain anchored to physical reality*”(Cretella, 2016). Traduzido pela autora.

² Texto original: “*Medicine does not occur in a moral vacuum; every therapeutic action or inaction is the result of a moral judgment of some kind that arises from the physician’s philosophical worldview. Medicine also does not occur in a political vacuum and being on the wrong side of sexual politics can have severe consequences for individuals who hold the politically incorrect view* (Cretella, 2016). Traduzido pela autora.

instituições públicas e privadas. A autora critica e lamenta que tal perspectiva tenha sido introduzida sem a percepção das nações sobre a natureza dessa agenda. Afirma que a discrição foi proposital e que a agenda de gênero navega nas comunidades como um submarino determinado a não se revelar por inteiro. O’Leary critica duramente a agenda política dos promotores da perspectiva do gênero (construção social) dizendo que estes, “reconhecem que o aumento do prazer sexual pode aumentar o número de bebês e mães. Portanto, sua prescrição para a salvação do mundo é” promover a

contracepção gratuita e aborto legal; promoção da homossexualidade (sexo sem bebês); cursos de educação sexual para incentivar a experimentação sexual entre crianças e ensiná-las a obter contracepção e abortos, que a homossexualidade é normal e que homens e mulheres são iguais; a eliminação dos direitos dos pais para que os pais não possam impedir que as crianças façam sexo, educação sexual, contracepção ou aborto; cinquenta/cinquenta % de cotas masculino/feminino; todas as mulheres na força de trabalho; desacreditar todas as religiões que se opõem a essa agenda (O’LEARY, 1997, cap. 19)³.

De acordo com O’Leary, os promotores da agenda de gênero se convenceram que conquistaram o mandato de impor a sua Agenda a todas as famílias do mundo. Segundo ela, eles falam sobre melhorar a vida das mulheres, mas seriam as mulheres que estão sendo atacadas, mulheres que querem ficar em casa com seus filhos, trabalhar em empregos tradicionais e que não querem feministas radicais e ativistas lésbicas reivindicando e falando por elas, mulheres que acreditariam que Deus é seu Pai amoroso no céu (O’Leary, 1997, cap. 19). Diz ainda que as mulheres sempre encontrarão um jeito de serem mães, mas se a agenda de gênero fosse totalmente implementada, minaria as famílias e a sociedade e aumentaria a gravidez e o divórcio indesejados. As crianças criadas no caos se tornariam dependentes de governos cujos recursos já estão sobrecarregados. O’Leary afirma que quanto mais o pêndulo balança para uma direção, mais ele balança para trás na outra. Se o feminismo radical

³ Texto original: “These people recognize that increasing sexual pleasure could increase the number of babies and mothers. Therefore, their prescription for world salvation is free contraception and legal abortion; promotion of homosexuality (sex without babies); sex education courses to encourage sexual experimentation among children, and to teach them how to get contraception and abortions, that homosexuality is normal, and that men and women are the same; the elimination of parental rights so that parents cannot prevent children from having sex, sex education, contraception or abortions; fifty/fifty, male/female quotas; all women in the workforce; discrediting all religions that oppose this agenda (O’Leary, 1997, cap. 19). Traduzido pela autora.

dominar diferentes esferas da sociedade, os homens poderiam decidir que já tiveram o suficiente e começarem a agir como opressores, exatamente o que as feministas os acusam de serem. Sua argumentação afirma que se houver o estabelecimento de uma guerra entre os sexos, as mulheres seriam forçadas a escolher entre feministas militantes e os homens em suas vidas, e sua aposta é que a maioria delas escolheriam os homens.

Em tal guerra, os ganhos reais que as mulheres obtiveram nos últimos anos seriam seriamente comprometidos. Diz também que as feministas se beneficiaram da boa vontade de uma geração de homens educados para respeitarem suas mães e, por extensão, todas as mulheres, mas a próxima geração de mulheres pode não ter tanta sorte. Elas podem ter que enfrentar hordas de homens sem mãe e sem pai, que serão muito menos simpáticos às preocupações das mulheres.

O'Leary conclui que as pessoas que promovem a liberação sexual irrestrita estão promovendo uma busca infantil, imatura e egocêntrica apenas ligada ao prazer sexual e que nunca poderia satisfazer os anseios do coração humano. Segundo ela, a agenda de gênero lembra um balão gigante em uma pequena sala, enquanto todos tratarem o balão com respeito, ele continuaria a se expandir, e eventualmente sufocaria as pessoas na sala. Portanto, o necessário para parar o balão seria um alfinete afiado, e ela pretende que seu livro, seja esse alfinete.

Então, é possível perceber que há reações fortes a chamada identidade de gênero que tomou a pauta de muitos centros de pesquisa e educativos no mundo. As reações vêm na mesma medida em que a pauta avança.

3.4 CHARLOTTE WITT E O UNIESSENCIALISMO DE GÊNERO

Você seria a mesma pessoa ou indivíduo se pertencesse a um gênero diferente? Em suas pesquisas Witt se depara com pessoas que, em grande parte, afirmam que não, não seriam a mesma pessoa. Essa é a grande questão que a motiva a apresentar argumentos defendendo a importância de ter presente, nos estudos feministas, a questão do essencialismo de gênero. Esse conceito diz respeito a essa grande importância que faz do gênero um fator determinante para que as pessoas considerarem que seriam outras, caso tivessem um gênero diferente. A autora percebe que o gênero é central na vida social e quer investigar em que dimensão o

gênero é essencial na vida das pessoas. Parece que nesse ponto, diferentemente da concepção de Beauvoir que descarta qualquer essência anterior a existência e afirma a necessidade de reconhecer o próprio desamparo para então libertar-se, Witt consideraria o gênero a própria essência dada ao ser, ou seja, aquilo que o indivíduo tem e a partir de onde pode construir-se. Ela se interessa na importância do gênero para determinar o indivíduo social, a centralidade do “ser homem” ou do “ser mulher”, para as experiências individuais.

O conceito de essencialismo de gênero é bastante controverso entre estudiosos(as) engajados(as) na causa feminista e até mesmo considerado como pouco relevante para os interesses do movimento. No entanto, Witt propôs uma discussão de certa forma inovadora ao apresentar o conceito de uniessencialismo, em sua obra *The Metaphysics of Gender* (2010). A autora tem em Aristóteles a base conceitual que fundamenta sua teoria e afirma: “eu uso um modelo aristotélico para expressar o essencialismo da unificação (ou uniessencialismo). E eu diferencio o uniessencialismo de outros tipos de visões essencialistas”⁴ (Witt, 2011, p. xiii). Ela usa o termo essencialismo da unificação para significar a expressão uniessencialismo, portanto, compreende-se que em seu pensamento, Witt discute que o gênero é essencial para o indivíduo social, ou seja, o gênero só tem função se inserido no social, nas relações e a sua função específica seria a reprodução. Diz que está interessada em saber se o nosso gênero é essencial para nós como indivíduos sociais (Witt, 2011, p. 13). Para explicar sua posição conceitual, ela demonstra que para Aristóteles a essência é a causa de ser do indivíduo, afirma que tanto artefatos quanto indivíduos biológicos têm essências em que ambos têm um princípio que explica sua existência como indivíduos (Witt, 2011, p. 14). Diz que

Artefatos e indivíduos biológicos também são semelhantes porque o princípio que explica sua existência como indivíduos é uma essência funcional. Uma essência funcional é uma propriedade essencial que explica para que serve o indivíduo, qual é o seu propósito e que organiza as partes para esse fim⁵ (WITT, 2011, p. 14).

⁴ Texto original: “I use an Aristotelian model to express unification essentialism (or uniessentialism). And I differentiate uniessentialism from other kinds of essentialist views” (Witt, 2011, p. xiii). Traduzido pela autora.

⁵ Texto original: “Artifacts and biological individuals are also similar because the principle that explains their existence as individuals is a functional essence. A functional essence is an essential property that explains what the individual is for, what its purpose is, and that organizes the parts toward that end” (Witt, 2011, p. 14). Traduzido pela autora.

Vê-se então que neste sistema de pensamento, há essência no indivíduo e esta seria identificada no sujeito através de sua função, que para Witt é a reprodução, pois diz que nos artefatos o propósito é de origem externa, visto que sua função foi determinada pela intenção humana, mas os propósitos do indivíduo são intrínsecos ao organismo (Witt, 2011, p. 14). Esta propriedade da necessidade de reprodução seria a essência individual que torna o indivíduo quem ele é. O gênero é, para Witt, aquilo que explica a existência do sujeito, que o unifica e organiza, o que indica seu propósito social. Ela diz que propõe “definir a posição social de ser mulher e ser homem em termos das funções reprodutivas (ou geradoras) socialmente mediadas em que um indivíduo é reconhecido (por outros) para executar”⁶ (Witt, 2011, p. 18).

É importante compreender que Witt considera o ser com uma concepção “Tripartite”, ou seja, de indivíduo social, organismo humano e pessoa. O uniessencialismo se aplicaria ao indivíduo social (seu gênero) que depende do ambiente social. Afirma que “o gênero de um indivíduo social e, em particular, as normas de gênero do indivíduo, fornecem o princípio da unidade normativa para os agentes sociais. Eu defendo que o gênero tem prioridade normativa em relação a outros papéis sociais na regra social de um indivíduo”⁷ (Witt, 2011, p. 79). A pensadora argumenta que “ser homem” e “ser mulher” é o “megapapel” social que organiza e determina nossos outros papéis sociais (Witt, 2011, p. 110). Defende que um indivíduo age de um ponto de vista ou perspectiva, como uma mãe que escolhe ir ao recital de sua filha, esta mãe inconscientemente segue uma norma materna, ou um acadêmico que vai a um colóquio porque é esse o papel de acadêmico. Considera que se escolhe identidades sociais e desempenha-se os papéis da própria posição social (Witt, 2011, p. 114). Comenta que a autorreflexão do eu na construção da sua identidade prática é mediada pelos papéis sociais que desempenha.

Witt define o gênero como um papel social e que o ser reflexivo pode aceitar ou rejeitar esses papéis. No entanto, ela assegura que não aborda a questão do gênero como uma essência feminina imutável, mas antes como uma propriedade

⁶ Texto original: “*I propose to define the social position of being a woman and being a man in terms of the socially mediated reproductive (or engendering) functions that an individual is recognized (by others) to perform*” (Witt, 2011, p. 18). Traduzido pela autora.

⁷ Texto original: “*a social individual’s gender, and in particular the individual’s gender norms, provide the principle of normative unity for social agents. I argue that gender has normative priority in relation to other social roles in an individual’s social agency*” (Witt, 2011, p. 79). Traduzido pela autora.

fundamental para a constituição do indivíduo. Destaca que algumas posições sociais podem oprimir a mulher e colocá-la em uma posição desfavorável em relação aos homens. Nesse sentido, é possível assinalar que há abertura, em sua teoria, para a presença de outros gêneros além do dualista, homem e mulher, e discorre que

A necessidade do reconhecimento social em estabelecer tanto a existência de uma posição social (como transgênero) quanto a de um indivíduo ocupando essa posição social (por exemplo, por um psiquiatra ou um médico) enfatiza a importância da ação política para garantir a disponibilidade de ambos os tipos de reconhecimento social⁸ (WITT, 2011, p. 41.)

Sobre um terceiro gênero, Witt argumenta que um transgênero é descrito usando as noções de homem sendo uma mulher ou uma mulher sendo homem, pois essas noções são elas mesmas entendidas em relação à função geradora, ou seja, ainda há uma base de parâmetro no engendramento. O que o seu foco na função de engendrar descarta é um terceiro gênero que é definido sem qualquer relação com a função de engendramento. O que parece ser uma novidade em Witt é a perspectiva tripartite da existência humana, pois o indivíduo social, aquele que tem papéis sociais definidos como o de reprodução pode como pessoa escolher se submeter ou não a tais papéis. Quando Witt descarta a possibilidade de um terceiro gênero, se manifesta pela não correspondência entre gênero, no sentido de função social com o engendramento enquanto organismo humano e pessoa. Para Witt é fundamental a ação política que permita o reconhecimento de todas as posições sociais, pois a construção da identidade se completaria na ação e interação social e por meio de escolhas.

3.5 AS CRÍTICAS AO UNIESSENCIALISMO DE GÊNERO

Ásta Kristjana Sveinsdóttir (2012) comenta criticamente o texto de Witt e aponta que o considera ousado e surpreendente, porque décadas de crítica feminista ao essencialismo tornou esta palavra “suja” em tais círculos. Ao criticar a obra, Sveinsdóttir aponta três questões em que discorda de Witt, “uma é a fundamentação

⁸ Texto original: “*The necessity of social recognition in establishing both the existence of a social position (like being transgendered) and an individual’s occupying that social position (e.g., by a psychiatrist or a doctor) underlines the importance of political action to secure the availability of both types of social recognition*” (Witt, 2011, p. 41.). Traduzido pela autora.

de gênero na reprodução. Outra é a natureza de normatividade social e seu papel na atuação prática. E a terceira é a ontologia subjacente à visão de Witt⁹ (Sveinsdóttir, 2012, p. 3). Sveinsdóttir afirma que a visão ontológica de Witt permite que possa haver mais de uma entidade no mesmo espaço/tempo, diz que Witt considera a existência de indivíduos sociais, seres humanos e pessoas, porém ela não está convencida da necessidade de todos os três aspectos e se preocupa com essa proliferação de entidades. Sveinsdóttir se pergunta: quem é o agente nisso tudo? Existem três ou apenas um agente, “o organismo humano, que também é uma pessoa e um indivíduo social? Talvez o argumento de serem distintos não se baseie na falha da coextensão e nas propriedades modais distintas, mas em estarem sujeitos a três normas distintas (biológica, moral e social)” (Sveinsdóttir, 2012, p. 3).

O segundo ponto de crítica é sobre a natureza da normatividade social do gênero e seu papel na atuação prática. Sveinsdóttir não acha que é necessário algum princípio de unidade normativa. Tudo que ela considera preciso é de intencionalidade e racionalidade prática, ou seja, é necessário ser capaz de agir sobre as coisas, tomar os meios para alcançar os nossos fins. O terceiro ponto de crítica é sobre a fundamentação de gênero na reprodução ou engendramento. A afirmação do uniessencialismo de que as relações de gênero são convenções sociais estabelecidas para responder à necessidade biológica de reprodução é criticada por Sveinsdóttir. Ela afirma que “mesmo que desejemos restringir os papéis de gênero a papéis na economia da reprodução, de modo que indivíduos que não participam dela (reprodução) fornecendo material biológico não recebam um gênero, então nos deparamos com outro problema” (Sveinsdóttir, 2012, p. 5), pois, na visão de Witt, gênero unifica e organiza todos os outros papéis sociais. Nesse sentido, Sveinsdóttir afirmaria que os papéis sociais de padres e outras pessoas sem função reprodutiva não teriam unidade normativa.

Outra pensadora que faz críticas à perspectiva essencialista é a bióloga Fausto-Sterling que em uma nota de rodapé de seu artigo *Dualismo em Duelo* (2001), diz que

Não é de surpreender que eu e outras feministas suspeitássemos (e suspeitemos) da tendência a fundar o desenvolvimento da psique em

⁹ Texto original: “*One is the grounding of gender in reproduction. Another is the nature of social normativity and its role in practical agency. And the third is the ontology underlying Witt’s view*” (Sveinsdóttir, p. 3, 2012), Traduzido pela autora.

alguma essência corporal. Reagíamos ao que veio a ser chamado de “essencialismo”. Hoje, assim como há um século, as essencialistas feministas argumentam que as mulheres são naturalmente diferentes – e que tal diferença constitui a base tanto da desigualdade quanto da superioridade social (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 18).

Aqui é possível notar novamente que a crítica ao essencialismo está fundamentada na diferença entre homens e mulheres e que isso teria impactos nos papéis sociais. Nesse sentido, as críticas ao essencialismo são inúmeras. Kuhnén (2013) aponta para a perspectiva de Mari Mikkola, que considera questionável a relevância de tais discussões. Mikkola pensa que o feminismo talvez tenha pouco a ganhar com esse debate e que esse assunto não deveria ser central na teoria feminista, pois tem pouco a oferecer em termos éticos e políticos. A autora Judith Butler também considera a questão não importante. Tais perspectivas reforçam que gênero não determina as pessoas essencialmente, mas que é fruto de “uma construção social, instituída, que somente existe à medida que é constantemente realizada, repetida de forma estilizada sob a determinação das normas sociais ao longo do tempo, criando a ilusão do gênero como algo permanente” (Kuhnén, 2013, p. 4).

3.6 O DETERMINISMO BIOLÓGICO: A PERSPECTIVA MÉDICA

O pesquisador Baron-Cohen investiga como as diferenças entre os sexos surgem de fatores biológicos e não apenas de influências culturais. Baseia sua argumentação defendendo a existência de diferentes tipos de cérebro, o tipo E (empatia), o tipo S (sistematização), e o tipo de cérebro B, em que empatia e sistematização se equilibram. Para ele, o cérebro tipo E (empatia) está presente na maioria das mulheres e o cérebro tipo S (sistematização), está presente na maioria dos homens. No entanto, seria perfeitamente comum encontrar mulheres com cérebro predominantemente sistematizados e homens com cérebros predominantemente voltados para a empatia. Baron-Cohen busca referendar sua explanação na pesquisa de Doreen Kimura, que baseou suas investigações em diferenças morfológicas e comportamentais do cérebro. Ela enfatizou duas dimensões diferentes ao definir os cérebros de homens e mulheres, a saber, o feminino em que predomina a capacidade de linguagem e o masculino onde predomina a habilidade espacial. Baseado nessas percepções o pesquisador afirma que

Há algumas décadas, a simples ideia de diferenças psicológicas entre os sexos provocaria o clamor público. Os anos 60 e 70 foram testemunha de uma ideologia que considerava as diferenças psicológicas entre um mito ou, no máximo, um fator não-essencial, ou seja: não eram um reflexo de qualquer diferença mais profunda entre os sexos *per se*, mas um reflexo de forças culturais diferentes agindo sobre os sexos. No entanto, estudos independentes durante muitas décadas levaram a um acúmulo de indícios que me convencem da necessidade de equacionar diferenças essenciais. A antiga ideia de que essas diferenças seriam inteiramente culturais é hoje considerada simplista demais (BARON-COHEN, 2004, p. 25).

A expressão usada por Baron-Cohen “diferenças essenciais”, especialmente na questão da essência, parece estar no centro das discussões dos autores que analisamos. Para Butler o gênero é uma performance da linguagem. Para Beauvoir não existe essência anterior a existência e portanto, para ela não se nasce mulher, mas torna-se mulher. Para Charlotte Witt, o gênero é a própria essência que tem a função social da reprodução e esta essência unifica o indivíduo. Finalmente, para Baron-Cohen, há fatores biológicos que influenciados pelos hormônios, criam desde a fecundação condições neurológicas específicas em ambos os sexos. Embora também pondera que “devemos ter o cuidado, é claro, de não presumir que as diferenças sexuais se devam apenas à biologia. Isso seria cometer um erro oposto ao que se viu nos anos 60, quando se acreditava que todas as diferenças sexuais fossem reflexo da socialização” (Baron-Cohen, 2004, p. 25).

A empatia, essa característica tipicamente feminina, segundo Baron-Cohen

Consiste em uma sintonização espontânea e natural com as ideias e sentimentos do outro, quaisquer que sejam eles. Não se trata apenas de reagir a um pequeno número de emoções de alguém, como dor ou tristeza; trata-se de sentir a atmosfera emocional que se instala; de se colocar sem maior esforço no lugar do outro, administrando com sensibilidade uma interação que não machuque nem ofenda sentimentos (BARON-COHEN, 2004, p. 38).

O pesquisador define a empatia como a capacidade de interpretar sentimentos e reagir adequadamente a eles. Comenta que “em um estudo¹⁰, os garotinhos demonstraram 50 vezes mais competição, enquanto as meninas demonstraram 20 vezes mais capacidade de esperar a vez. Estes são exemplos de

¹⁰ Crombie e Desjardins (1993); Crick e Ladd (1990); Cairns, Cairns, Neckerman *et al.* Howes (1988).

como a empatia difere de um sexo para outro na vida diária” (Baron-Cohen, 2004, p. 46).

Da mesma forma considera que o modo feminino de existência apresenta outras características relativas ao interesse e solidariedade, pois afirma que as meninas a partir dos 20 meses já respondem com empatia ao sofrimento alheio, nos quais demonstram interesse por meio de olhares preocupados, vocalizações de simpatia e comportamento solidário. Baron-Cohen também afirma que é frequente a percepção de que isso se repete em outro extremo da faixa etária, quando as mulheres estão mais velhas, pois muito mais do que os homens, elas relatam compartilhar do sofrimento emocional dos amigos. Ele conclui que as mulheres demonstram comportamentos muito mais solidários do que os homens (Baron-Cohen, 2004, p. 47).

Com essas constatações a partir de pesquisas comportamentais com crianças pequenas, o pesquisador tenta demonstrar que algumas características predominantes em determinado gênero, estão na criança antes de vivências externas poderem influenciá-las, portanto, a cultura não teria possibilidade ainda de ter estabelecido tal influência. Neste sentido, para Baron-Cohen a tipificação do cérebro feminino é o do tipo E, pois é natural e geneticamente capacitado para a empatia e o interesse, onde a verbalização de sentimentos parece estar no centro da diferença essencial.

O outro tipo de cérebro que Baron-Cohen analisa é o sistematizador, que é definido como “o impulso de compreender e construir um sistema. “O sistema que me refiro é tudo que seja governado pelas regras que especificam a relação entre dado de entrada-operação-resultado” (Baron-Cohen, 2004, p. 79). Baron-Cohen descreve a capacidade de sistematização com o seguinte exemplo

Leve um grupo de crianças a partir de oito anos a um local desconhecido, dê a elas um mapa e depois peça que recriem o mapa da área por meio de desenho. As meninas incluem mais elementos da paisagem e os meninos, mais caminhos (estradas, etc.). Se a experiência for repetida com um segundo grupo de crianças, porém com o mapa e o passeio pelo local reduzidos à metade, para dificultar um pouco a tarefa, os meninos ainda assim se lembram melhor das posições relativas dos lugares. Meninos e meninas têm abordagens muito diferentes da tarefa. O cérebro masculino arruma os elementos em um sistema geométrico ou de rede; o cérebro feminino marca os elementos descritivamente (BARON-COHEN, 2004, p. 97).

As constatações demonstradas pelo autor são relevantes para um ambiente escolar, especialmente suas considerações sobre o tipo de cérebro extremamente sistematizador, que segundo ele está ligado ao cérebro masculino, mas também pode utilizar a referência de sistematização para o caso de autistas. A distinção das formas como os cérebros percebem a realidade é de grande importância para os processos educativos, pois considerar a diferença entre cérebros empáticos, sistemáticos e em equilíbrio pode estar na base da eficiência educacional. Tais evidências podem ser bastante proveitosas para professores ao refletirem a didática mais adequada para cada tipo de capacidade e funcionamento cerebral. Seria possível relacionar questões educativas aos tipos de cérebros? Seriam meninos e meninas capacitados distintivamente em suas funções cerebrais?

Pode-se questionar o papel da cultura no desenvolvimento do indivíduo, Baron-Cohen questiona se o tratamento dado pelos pais a seus filhos explicaria as diferenças entre meninos e meninas, pois comenta que uma explicação possível é que os pais podem ter a ideia de que os meninos são mais rebeldes e precisariam de mais repreensões e restrições. Nesse caso, os meninos estariam correspondendo ao que se espera deles? Esses pais teriam estimulado os meninos a correrem mais riscos e ultrapassar limites? O autor diz que existe a possibilidade oposta. Pode ser que os garotos sejam mais fracos em empatia do que as meninas, daí serem menos dóceis e terem dificuldade de perceber os limites impostos e então precisarem ser disciplinados mais frequentemente. Então

Ambas as visões têm suas evidências. Houve um estudo em que foram filmados pais que estavam com suas crianças de um ano de idade em uma sala de espera, um bom ambiente para uma experiência espontânea. Descobriu-se que os pais repreendiam os filhos duas vezes mais do que as filhas – não sem alguma razão: os meninos tentavam tocar objetos proibidos com mais frequência. As meninas pareciam perceber sinais sutis, como um olhar desaprovador do pai. Essa “referência social” – olhar a expressão do pai tentando descobrir se pode ou não fazer alguma coisa – foi suficiente para que muitas meninas captassem a mensagem sobre o que era ou não permitido (BARON-COHEN, 2004, p. 108).

Pelas evidências das pesquisas, o autor demonstra que desde a mais tenra infância as diferenças já se mostram nas crianças e talvez o tratamento mais intenso com meninos e mais brando com meninas seja consequência das características essenciais do gênero e não o contrário, pois a expectativa de que as influências sociais determinam a escolha de brinquedos é improvável. Baron-Cohen afirma que

se for perguntado para crianças de dois anos quais brinquedos são de menino e quais são de meninas, elas não sabem responder, porque ainda não conhecem estereótipos, mas quando brincam preferem brinquedos típicos de cada sexo e isso sugeriria que as preferências são anteriores aos estereótipos (Baron-Cohen, 2004, p. 111).

Estariam as preferências típicas de meninos e meninas ainda bebês influenciadas pelos pais ou são consequentes do tipo de cérebro de cada gênero? Essa é a questão que Baron-Cohen argumenta e defende que, crianças muito pequenas têm suas preferências típicas e que a cultura não teria tido tempo suficiente para influenciar crianças tão jovens. A biologia, portanto, teria grande influência em atitudes tipicamente consideradas de determinado gênero. Nota-se que

O neurologista Norman Geschwind baseou-se nessa observação para formular uma ideia brilhantemente simples. Ele teorizou que a testosterona fetal afeta a intensidade do crescimento dos dois hemisférios cerebrais. Quanto mais testosterona, mais rapidamente o hemisfério direito se desenvolve e, de modo correspondente, mais devagar se desenvolve o hemisfério esquerdo... existem indícios que dão fundamento a sua ideia de que o sexo masculino exerce melhor as habilidades localizadas no hemisfério direito, e no sexo feminino, as melhores habilidades são as localizadas no hemisfério esquerdo¹¹ (BARON-COHEN, 2004, p. 119).

Condutas típicas estariam presentes devido a ação dos hormônios específicos trabalhando sobre a formação do cérebro. Baron-Cohen comenta que houve uma época em que mulheres tomavam hormônio sintético (dietilestilbestrol), na tentativa de evitar repetidos abortos espontâneos e que, bebês do sexo masculino que nasceram dessas mulheres tinham a tendência a demonstrar comportamentos mais femininos desde bem pequenos e que este, é um indício que o nível dos hormônios podem afetar a capacidade de empatia. O autor conclui que baixos níveis de testosterona fetal, encontrados com mais frequência no sexo feminino, levam a um melhor desempenho em linguagem, comunicação, contato e habilidades sociais, sendo estes, sinais de uma melhor empatia. Para o pesquisador, existem indicações de que a testosterona fetal está ligada à sistematização. O pesquisador defende que o ápice da sistematização se manifesta no autismo e na síndrome de Asperger, onde a capacidade de sistematização é grande e a capacidade de empatia é extremamente

¹¹ Geschwind e Galaburda (1987); Geschwind e Galaburda (1985); Martino e Winner (1995); McManus e Bryden (1991); Bryden, McManus e Bulman-Fleming (1994).

reduzida. Baron-Cohen não descarta a influência da cultura sobre comportamentos e preferências dos indivíduos, mas está certo de que evidências biológicas são importantes demais para serem desconsideradas.

Outra pesquisadora que considera os dados biológicos fundamentais é Doreen Kimura (1999). Ela argumenta que seria uma tarefa duvidosa desconsiderar as diferentes características entre os sexos porque

Homens e mulheres diferem não apenas em seus atributos físicos e função reprodutiva, mas também em muitas outras características, incluindo a maneira como eles resolvem problemas. Nas últimas décadas, tem estado ideologicamente na moda insistir que essas diferenças comportamentais são mínimas e são a consequência de variações na experiência durante o desenvolvimento antes e depois da adolescência. Evidências acumuladas mais recentemente, no entanto, sugerem que os efeitos dos hormônios sexuais, na organização do cérebro, ocorrem tão no início da vida que desde o início o ambiente está agindo em cérebros com fios diferentes em meninos e meninas. Tais efeitos fazem-nos avaliar o papel da experiência, independente da predisposição fisiológica, tarefa difícil, se não duvidosa¹² (KIMURA, 1999, p. 27).

A autora sugere que os hormônios sexuais tem papel fundamental na constituição das características cerebrais singulares de machos e fêmeas, desde animais estudados em laboratórios até humanos observados em pesquisas. Ela cita que cientistas encontraram células nervosas no cérebro humano que determinam diferenças sexuais (Kimura, 1999, p. 27) e que o hipotálamo é maior em homens do que em mulheres. Afirma que a orientação sexual e a identidade de gênero têm sido relacionadas à variação anatômica do hipotálamo e que “em 1991, enquanto estava no Instituto Salk de Estudos Biológicos em San Diego, Simon Levay relatou que um dos núcleos intersticiais do hipotálamo anterior que é geralmente maior em machos humanos que em fêmeas é menor em homossexuais do que em homens heterossexuais¹³” (Kimura, 1999, p. 27).

¹² Texto original: “Men and women differ not only in their physical attributes and reproductive function but also in many other characteristics, including the way they solve intellectual problems. For the past few decades, it has been ideologically fashionable to insist that these behavioral differences are minimal and are the consequence of variations in experience during development before and after adolescence. Evidence accumulated more recently, however, suggests that the effects of sex hormones on brain organization occur so early in life that from the start the environment is acting on differently wired brains in boys and girls. Such effects make evaluating the role of experience, independent of physiological predisposition, a difficult if not dubious task.” (Kimura, 1999, p. 27). Traduzido pela autora.

¹³ Texto original: “In 1991, while at the Salk Institute for Biological Studies in San Diego, Simon Levay reported that one of the interstitial nuclei of the anterior hypothalamus that is usually larger in human males than in females is smaller in homosexual than in heterosexual men” (Kimura, 1999, p. 27). Traduzido pela autora.

No mesmo sentido de manter a referência e a observação sobre a função do hipotálamo para se referir a homens e mulheres, Kimura (1999) indica a pesquisa de Jiang-Ning Zhou e seus colegas, do Instituto Holandês de Pesquisas Cerebrais da Universidade Livre de Amsterdã. Segundo ela, as referências e observações sobre o hipotálamo de transexuais masculinos para femininos indica que eles apresentam um hipotálamo menor que o grupo de controle masculino. “Esses achados são consistentes com sugestões de que a orientação sexual e a identidade de gênero têm um componente biológico significativo¹⁴” (Kimura, 1999, p. 27). Essa evidência é um dado importante para a compreensão da origem de características entre os sexos, no entanto, neste texto de 1999, não é informado se os indivíduos analisados haviam feito uso de hormônios anteriormente ou durante a pesquisa. Essa informação faria toda a diferença na interpretação das evidências, pois se as análises se baseiam em formação cerebral a partir dos hormônios, seriam eles os reguladores das evidências sobre o funcionamento e comportamentos sexuais? O comportamento sexual humano pode ser reduzido ao controle hormonal ou revela uma maior complexidade?

3.7 AS CRÍTICAS AO DETERMINISMO BIOLÓGICO PELA PERSPECTIVA DA BIÓLOGA FAUSTO-STERLING

A bióloga e pesquisadora de estudos feministas Fausto-Sterling, discute as questões biológicas relativas ao corpo e questões de gênero a partir da perspectiva de que

O sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe ou isso ou aquilo. Antes, existem nuances de diferença, [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 15).

Portanto, ao descrever o estado da questão dos estudos de gênero a bióloga afirma que as feministas argumentam que apesar de os corpos de homens e mulheres terem diferenças reprodutivas evidentes, seriam poucas as diferenças de sexo que

¹⁴ Texto original: “*observed another part of the hypothalamus to be smaller in male-to-female transsexuals than in a male control group. These findings are consistent with suggestions that sexual orientation and gender identity have a significant biological component.*” (Kimura, 1999, p. 27). Traduzido da autora.

não poderão ser alteradas pelas adversidades da vida. Defende ainda que “se as meninas não podiam aprender matemática tão facilmente quanto os meninos, o problema não estava em seus cérebros” (Fausto-sterling, 2001, p.16). Pois, tal dificuldade se daria devido as normas de gênero, ou seja, devido as expectativas e oportunidades desiguais em relação a meninos e meninas, porque “ter um pênis ou uma vagina é uma diferença de sexo. O desempenho superior dos meninos em relação ao das meninas em provas de matemática é uma diferença de gênero. É de se supor que estas possam ser mudadas, ainda que aquelas não o possam” (Fausto-Sterling, 2001, p. 16).

Um importante conceito para apreender o pensamento dessa pensadora é o dualismo, ou melhor, a negação de dualismos. O dualismo pode ser entendido como uma maneira de entender o mundo a partir de pares que se opõem entre si. A bióloga explica que

Os modos europeus e norte-americanos de entender como funciona o mundo dependem em grande parte do uso de dualismos – pares de conceitos, objetos ou sistemas de crenças opostos. Este ensaio enquadra especialmente três deles: sexo/gênero, natureza/criação e real/construído. Em geral usamos os dualismos em alguma forma de argumento hierárquico (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 60).

A pensadora explica que seria desnecessário analisar o mundo por dualismos, pois o seu uso tornaria imperceptível as interdependências de cada par. A existência de antigas opressões cultivadas como dualismos daria margem a novas opressões. O dualismo sexo/gênero limitaria a análise feminista, pois a expressão “gênero” utilizada como uma dicotomia exclui a biologia e tornaria a crítica a sistemas fisiológicos impraticáveis. Fausto-Sterling analisa e discute, como bióloga, o corpo e as implicações que as diferentes perspectivas teóricas trazem na interpretação e aplicação das questões fisiológicas. Uma importante preocupação da pensadora é que “falar sobre a sexualidade humana requer um conceito do material. Mas a ideia do material já nos chega contaminada, contendo dentro dela ideias pré-existentes sobre a diferença sexual” (Fausto-Sterling, 2001, p. 64). Então cita Butler, pois “sugere que olhemos para o corpo como um sistema que, simultaneamente, produz significados sociais e é produzido por eles, exatamente como qualquer organismo biológico sempre resulta das ações simultâneas e combinadas de natureza e criação” (Fausto-Sterling, 2001, p. 64). Fausto-Sterling traz também para a discussão o

pensamento da filósofa feminista Elizabeth Grosz, que atribui a certos processos biológicos um estado de pré-existência em relação a seus significados. Fausto-Sterling diz que Grosz “acredita que os instintos ou impulsos biológicos fornecem uma espécie de matéria-prima para o desenvolvimento da sexualidade. Mas matérias-primas nunca são suficientes” (Fausto-Sterling, 2001, p. 64). Embora os corpos possam trazer matérias-primas, sem o ambiente que estimule seu desenvolvimento a “argila não pode ser modelada em forma psíquica reconhecível”. Conclui que sem a sociabilidade humana a sexualidade não pode se desenvolver. Nesse sentido, parece que há uma preexistência de elementos biológicos que se desenvolvem no ambiente social e a sexualidade está associada a esse desenvolvimento e identificação social.

3.8 A PERSPECTIVA CRISTÃ SOBRE A IDENTIDADE

Em junho de 2019 foi publicado, pela Congregação para a Educação Católica, um documento chamado *Homem e Mulher os Criou: sim ao diálogo sobre estudos, não à ideologia*, sobre a questão da identidade de gênero na educação e a incompatibilidade das teorias de gênero e a antropologia cristã. Esse texto apresenta a discussão sobre o pensamento da igreja sobre a pessoa humana e afirma a unidade de alma e corpo sintetizada no humano. Afirma que o ser humano é superior as coisas corpóreas e é mais que uma simples partícula da natureza, então não se deve confundir expressões da ordem da natureza e ordem biológica, pois a ordem biológica “é a ordem da natureza na medida em que é acessível aos métodos empíricos e descritivos das ciências naturais, mas como uma ordem específica de existência, que permanece em evidente relação com a primeira Causa, com Deus o Criador, a ordem da natureza não é mais uma ordem biológica”¹⁵ (Versaldi & Zani, 2019, p. 12). Indica que a concepção conceitual do ser, na visão cristã, centra-se na ligação indissociável da relação do corpo com a identidade essencial do indivíduo, pois “de fato, há argumentos racionais que esclarecem a centralidade do corpo como elemento

¹⁵ Texto original: “L’ordine biologico è ordine della natura nella misura in cui è accessibile ai metodi empirici e descrittivi delle scienze naturali; ma in quanto ordine specifico dell’esistenza, che resta in evidente rapporto con la Causa prima, con Dio Creatore, l’ordine della natura non è più un ordine biologico.” (Versaldi & Zani, 2019, p. 12). Traduzido pela autora.

integrante da identidade pessoal e dos relacionamentos familiares. O corpo é subjetividade que comunica a identidade do ser¹⁶ (Versaldi & Zani, 2019, p. 13).

O documento segue argumentando que a análise filosófica mostra como a diferença sexual masculino/feminino é constitutivo da identidade humana e afirma que nas filosofias greco-latinas, “a essência permanece como um elemento transcendente que recompõe e harmoniza a diferença entre feminino e masculino na singularidade da pessoa humana” (Versaldi & Zani, 2019, p. 14). Então, na relação interpessoal, a diferença constitui a identidade pessoal tanto “horizontalmente (diádica: homem-mulher) quanto no sentido vertical (triádica: homem-mulher-Deus), tanto no relacionamento interpessoal entre homem e mulher (eu) quanto no contexto do relacionamento familiar (você / eu / nós). Há o reforço da concepção de que a formação da identidade se daria precisamente na alteridade: na comparação imediata com o você diferente de mim, assim reconheceria a essência do meu eu. Versaldi & Zani (2019) esclarecem que a diferença seria a condição da cognição em geral e o conhecimento da identidade. Indicam que o desenvolvimento da criança e de sua identidade/diferença sexual se dá no interior da família, principalmente no confronto com os pais (mãe e pai). “As teorias psicanalíticas mostram o valor tripolar da relação pai/mãe/filho, afirmando que a identidade sexual surge plenamente apenas na comparação sinérgica da diferenciação sexual” (Versaldi & Zani, 2019, p. 14). O documento pondera que

A Igreja - mãe e professora - não apenas escuta, mas graças a esta missão original, abre-se à razão e coloca-se a serviço da comunidade humana, oferecendo suas propostas. É de fato evidente que sem um esclarecimento satisfatório da antropologia em que se baseia o sentido da sexualidade e da afetividade não pode ser estruturado ou corrigido um caminho educacional consistente com a natureza do homem como pessoa, a fim de direcioná-lo à plena implementação de sua identidade sexual no contexto da vocação ao dom de si. E o primeiro passo deste esclarecimento antropológico consiste em reconhecer que também o homem tem uma natureza que ele deve respeitar e que ele não pode manipular como queira. Este é o fulcro daquela ecologia humana que se move do reconhecimento da dignidade peculiar do ser humano e da relação necessária da sua vida com a lei moral inscrita na sua própria natureza¹⁷ (VERSALDI & ZANI, 2019, p.17).

¹⁶ Texto original: “*Ci sono, infatti, argomenti razionali che chiariscono la centralità del corpo come elemento integrante dell'identità personale e dei rapporti familiari. Il corpo è soggettività che comunica l'identità dell'essere*” (Versaldi & Zani, 2019). Traduzido pela autora.

¹⁷ Texto original: “*La Chiesa – madre e maestra – non solo ascolta ma, forte della sua originaria missione, si apre alla ragione e si pone al servizio della comunità umana, offrendo le sue proposte. È*

Os autores observam que a visão antropológica cristã vê a sexualidade como fundamental e pertencente a personalidade humana, seria um modo de ser, de se manifestar, comunicar-se, sentir, expressar e viver o amor. Nesse sentido, o processo de crescimento desta diversidade, ligada à complementaridade dos dois sexos, responderia plenamente ao plano de Deus. Com isso, a educação afetivo/sexual deve considerar a totalidade da pessoa, ou seja, consideram imprescindível a integração dos elementos biológicos, psicoafetivos, sociais e espirituais. O homem não cometeria nenhum erro em “se reconhecer superior as coisas corpóreas e se considerar mais do que uma simples partícula da natureza ou um elemento anônimo” da sociedade (Versaldi & Zani, 2019, p. 12).

A visão antropológica cristã, tem suas raízes na narração de origens descritas no Livro de Gênesis, nele está escrito que “Deus criou o homem à sua imagem [...] macho e fêmea os criou” (Gn. 1.27). Segundo Versaldi & Zani, “estas palavras são o núcleo não só da criação, mas também da relação vivificante entre o homem e a mulher (...) Deus, o eu e o outro se completam de acordo com suas identidades e eles se encontram no que constitui uma dinâmica de reciprocidade, sustentada e derivada do Criador”¹⁸ (Versaldi & Zani, 2019, p. 17). De acordo com os autores o Criador atribui ao corpo humano, tanto a masculinidade como a feminilidade, e, ambas atribuições, têm sentido como tarefa a ser realizada pelos humanos, homens e mulheres. Afirmam que

A identidade pessoal amadurece autenticamente à medida que se abre para os outros, precisamente porque na configuração do próprio modo de ser, feminino ou masculino, não apenas fatores biológicos ou genéticos se juntam, mas também vários elementos relacionados ao temperamento, história familiar, à cultura, às experiências vividas, ao treinamento recebido,

infatti evidente che senza una chiarificazione soddisfacente dell'antropologia su cui si fonda il significato della sessualità e dell'affettività non è possibile strutturare in modo corretto un percorso educativo coerente con la natura dell'uomo come persona, al fine di orientarlo alla piena attuazione della sua identità sessuale nel contesto della vocazione al dono di sé. E il primo passo di questo chiarimento antropologico consiste nel riconoscere che « anche l'uomo possiede una natura che deve rispettare e che non può manipolare a piacere ». È questo il fulcro di quella ecologia dell'uomo che muove dal « riconoscimento della peculiare dignità dell'essere umano » e dalla necessaria relazione della sua vita « con la legge morale inscritta nella sua propria natura » (Versaldi & Zani, 2019, p.17). Traduzido pela Autora.

¹⁸ Texto original: “L'antropologia cristiana affonda le sue radici nella narrazione delle origini come appare nel Libro della Genesi dove è scritto che « Dio creò l'uomo a sua immagine [...] maschio e femmina li creò » (Gen 1, 27). In queste parole vi è il nucleo non solo della creazione ma anche della relazione vivificante tra uomo e donna, che li mette in intima unione con Dio. Il sé e l'altro da sé si completano secondo le loro specifiche identità e si incontrano in quello che costituisce una dinamica di reciprocità, sostenuta e derivata dal Creatore.” (Versaldi & Zani, 2019, p.17). Traduzido pela Autora.

às influências de amigos, familiares e pessoas admiradas, e a outras circunstâncias concretas que exigem um esforço para se adaptar. De fato, é essencial para o ser humano o fato de que ele se torna apenas outro, o "eu" torna-se a si mesmo apenas "tu" e "você", ele é criado para o diálogo, para a comunhão sincrônica e diacrônica. E só o encontro com o "tu" e com o "nós" que abre o "eu" para si mesmo¹⁹ (VERSALDI & ZANI, 2019, p. 18).

Os autores argumentam a necessidade de reiterar a raiz metafísica da diferença sexual, pois homem e mulher seriam as duas maneiras pelas quais se expressaria e realizaria a realidade ontológica da pessoa humana. Esta seria a resposta antropológica à negação da dualidade masculino/feminino da qual se gera a família. A rejeição desta dualidade teria criado a ideia de uma pessoa abstrata, que poderia escolher para si ser algo independente da sua natureza (Versaldi & Zani, 2019, p. 19).

A pergunta é, qual seria essa raiz metafísica da diferença entre as identidades masculina e feminina que produziria sua realidade ontológica? A perspectiva cristã toma como axioma a existência de um propósito divino para as pessoas e que esse propósito (ter paz e vida plenas através de Cristo) é realizável através da fé e da consequente restauração da coerência entre as esferas espiritual, biológica e social do indivíduo. A masculinidade e a feminilidade seriam aspectos inatos do ser e indissociáveis para o cumprimento de tal propósito. Nesse sentido, pode-se concluir que a identidade, para o cristão, estaria ligada ao espírito e a sua semelhança com Deus. A identidade não seria construída apenas psíquica ou culturalmente, nem apenas determinada biologicamente, mas um conjunto de todos esses aspectos com propósitos espirituais.

Para o cristão, a identidade do Criador está estabelecida desde a eternidade e é imutável. O cristão referenciado em Deus, identifica-se com a essência divina e com seu propósito universal de restauração do relacionamento íntimo e pessoal do humano com seu criador, pois pode ser observado que o drama bíblico desde o gênesis até o advento da encarnação, morte e ressurreição de Cristo, mostra que o

¹⁹ Texto original: *“L’identità personale matura in modo autentico nel momento in cui si apre agli altri, proprio perché «nella configurazione del proprio modo di essere, femminile o maschile, non confluiscano solamente fattori biologici o genetici, ma anche molteplici elementi relativi al temperamento, alla storia familiare, alla cultura, alle esperienze vissute, alla formazione ricevuta, alle influenze di amici, familiari e persone ammirate, e ad altre circostanze concrete che esigono uno sforzo di adattamento».*³² Infatti, «è essenziale per la persona umana il fatto che diventa se stessa solo dall’altro, l’“io” diventa se stesso solo dal “tu” e dal “voi”, è creato per il dialogo, per la comunione sincronica e diacronica. E solo l’incontro con il “tu” e con il “noi” apre l’“io” a se stesso»” (Versaldi & Zani, 2019, p.18). Traduzido pela Autora.

propósito do Criador foi criar o ser humano para relacionar-se consigo e que este tivesse paz e vida plena. No entanto, essa paz interna advinda de sua ligação íntima com o próprio Deus cessou quando o divino deixou de ser, para homens e mulheres, referência para reconhecer o bem e o mal. A argumentação cristã leva a considerar que a coerência interna do ser humano fracassou a partir de sua rebelião contra o Ser divino que o referenciava, e, esse fato, de estar sem referência, teria gerado uma sucessão infinita de tentativas de construções teóricas a fim de substituir a lei moral divina estabelecida desde a eternidade. Nesse sentido, os defensores da perspectiva cristã sobre a identidade afirmam que a própria Providência estabeleceria o pacto da Cruz, uma forma de redimir sua criação e trazê-la de volta para Si, reestabelecendo a comunhão primeira entre Criador e criaturas e conseqüentemente, também a coerência, equilíbrio e paz interior naqueles que se submetessem a esse pacto. Por isso, o cristão se disporia voluntariamente a certo estilo de vida, valorizando mais a espiritualidade que o corpo, onde buscava manter o equilíbrio entre seu espírito, corpo e práticas sociais, mesmo que considerasse para si um sacrifício, estaria disposto a submeter-se, pois alcançar a plenitude perfeita de vida e paz seria seu objetivo.

Portanto, a pressuposição de que a identidade feminina/masculina ou qualquer que seja reivindicada, seja construída socialmente, ou através da linguagem ou até mesmo a partir de proibições (como discute Butler, 2003), é encarada como um entendimento limitado de um contexto mais amplo, regido por leis espirituais eternas. O cristão não deveria agir a partir de estímulos do “proibido” ou por impulsos recalcados, mas sim a partir do chamado divino para o cumprimento de seu propósito, essa seria uma atitude voluntária, de entrega pessoal a uma vida de mortificação do corpo, em benefício eterno de seu espírito.

Sob a inspiração do pensamento cristão, Versaldi & Zani (2019) afirmam que as escolas católicas estão comprometidas em promover a integridade humana, obedecendo as preocupações da Igreja. Indicam que é “na consciência de que todos os valores humanos encontram sua plena realização e, portanto, sua unidade em Cristo. Essa consciência expressa a centralidade da pessoa no projeto educativo da escola católica” (Versaldi & Zani, 2019, p. 45). Asseguram que essas aspiram “manter sua visão da sexualidade humana em função da liberdade das famílias de poder basear a educação de seus filhos numa antropologia integral, capaz de harmonizar as dimensões que constituem sua identidade física, psíquica e espiritual” (Versaldi &

Zani, 2019, p. 28). Dizem que “um Estado democrático não pode, de fato, reduzir a proposta educacional para um pensamento único, especialmente em um assunto tão delicado que toca a visão fundamental da natureza humana e da lei natural” (Versaldi & Zani, 2019, p. 18). Nesse sentido, a indicação da Igreja mantém que é importante discutir a antropologia integral como fonte de conhecimento sobre os humanos e que, no contexto escolar, a opinião dos pais deve fazer parte da compreensão sobre identidade humana.

Pode-se notar que a constatação da existência de uma multiplicidade de posições sobre a identidade, leva também a constatação de uma divergência conceitual de grandes proporções. Nesse sentido, parece urgente a discussão sobre a identidade de gênero por parte dos setores da sociedade, onde a liberdade de divergir seja garantida em todo e qualquer ambiente. Os promotores de políticas para a educação pública deveriam ter presente a urgência dessa garantia de liberdade como base elementar de seu trabalho.

3.9 AS CRÍTICAS AO MODELO METAFÍSICO

São inúmeros os autores e autoras que analisam e criticam a perspectiva cristã da sexualidade e identidade. Jimena Furlani (2011) critica a perspectiva metafísica no sentido de interpretá-la como um mito, ou seja, um relato fantástico da tradição histórica oral ou escrita. Considera que

A abordagem religioso-radical caracteriza-se pelo apego às interpretações literais da Bíblia, usando o discurso religioso como uma “incontestável verdade” na determinação das representações acerca da sexualidade “normal”. Presentes em instituições e/ou escolas religiosas, essa educação da vida sexual e afetiva de homens e mulheres costuma ocorrer em encontros grupais ou individuais, em estudos bíblicos ou em pregações coletivas (missas, cultos) (FURLANI, 2011, p. 20).

Argumenta que a interpretação da Bíblia e também a aceitação inquestionável de um livro como referência única de ética moral é considerado como fundamentalismo. Segundo sua interpretação toda corrente e movimento social e até mesmo atitudes pessoais de caráter conservador, a saber, que requerem obediência rigorosa e literal a certos princípios, devem ser considerados fundamentalistas. Seriam fundamentalistas tanto “os/as muçulmanos/as (ou maometanos/as) que acreditam no Islamismo (religião fundada pelo profeta árabe Maomé [570 ou 580 a

632 a.C.] quando usam radicalmente o ‘livro sagrado do Alcorão’ quanto os/as católicos/as e evangélico/as quando usam radicalmente a ‘Bíblia Sagrada’” (Furlani, 2011, p. 21).

Na mesma onda crítica ao modo cristão de abordar essa questão, Judith Butler considera que “se o Vaticano busca substituir a linguagem de gênero pela linguagem do sexo, isto se deve ao fato de que esta instituição pretende re-biologizar a diferença sexual, isto é, restabelecer um estreito conceito biológico de reprodução como um destino social da mulher” (Butler, 2004, p. 185). Aqui Butler discute a tentativa da manutenção do controle sobre os corpos femininos e também tem o objetivo de reforçar a condição de construção social do gênero.

Outra autora que aborda a tentativa de discussão da temática, denominada ideologia de gênero, pelos intelectuais cristãos é Maria das D. C. Machado (2018). Ela diz que

As/os intelectuais cristãs/aos que participam da disputa simbólica em torno da categoria de gênero percebem claramente que, nesta nova cruzada, o discurso não pode ser só de cunho religioso; ele tem que buscar fundamentação no campo científico onde a argumentação feminista foi desenvolvida. E foi a interpretação da ideologia enquanto mistificação ou falseamento da realidade que estes/as intelectuais acionaram contra a gramática de gênero das feministas (MACHADO, 2018, p. 13).

Esse método que intelectuais cristãos(ãs) utilizariam ao se posicionarem diante da teoria de gênero, é apontado e discutido no decorrer de sua obra. A característica ou método cristãos no embate retórico, segundo Maria das D. C. Machado, seria o aumento do ativismo religioso por parte das mulheres, que no contexto cristão e católico já demonstra mudanças importantes. “O fim do interdito ao sacerdócio feminino em algumas igrejas cristãs e a participação crescente de mulheres no ativismo religioso cristão não favorecem a agenda política do movimento feminista” (Machado, 2018, p. 13). As militantes religiosas não contribuem para algumas pautas importantes para as feministas, como o aborto, por exemplo, elas tenderiam a “reproduzir a histórica associação da mulher com a maternidade e com a instituição da família cristã. E nós, como feministas, temos que estar preparadas para a difusão desta guerra cultural na sociedade brasileira” (Machado, 2018, p. 14). Nota-se nessas expressões que as mulheres feministas consideram que apenas algumas

pautas relativas as mulheres têm valor defensável, outras, mesmo importantes para grande parte delas, deveriam ser descartadas como válidas.

4 OS CONCEITOS DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E A EDUCAÇÃO

4.1 A PERSPECTIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME) DA CIDADE DE CURITIBA QUANTO À IDENTIDADE

A SME tem formulado seus documentos referenciais tendo o cuidado de dialogar com a Agenda 2030 da ONU. Sendo assim, instituiu seu programa de formação de professores considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como base de todas as suas proposições formativas e também, incentiva os profissionais a ecoarem tais metas em suas práticas afirmando que

Atualmente, todas as opções formativas da SME contemplam um ou mais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, esse respaldo vislumbra o engajamento das unidades escolares e de seus profissionais para que a Agenda 2030 seja pensada, planejada e efetivada localmente em cada unidade. Esse engajamento local reverbera globalmente, compreendendo que o desenvolvimento global está intimamente relacionado a cada ação local. As ações da SME voltadas para a efetivação da Agenda 2030 são fundamentais, pois o processo educativo atinge a toda uma comunidade escolar – profissionais da educação, crianças, estudantes e familiares. Assim, quando uma ação formativa aborda e problematiza cada um dos ODS, esses conceitos são discutidos para além do ambiente educativo, mas avançam para o cotidiano da cidade (CURITIBA, 2019, p. 10).

Entre os 17 objetivos propostos na Agenda 2030, está o objetivo número 5 que se refere a igualdade de gênero e tem como meta alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Um dos documentos referenciais da ONU é o Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, que indica e define conceitualmente a perspectiva de formação de identidade que permeia suas propostas de ações políticas para as nações, descrevendo que o termo gênero se refere

[...] a papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma dada sociedade em um dado momento considera apropriado para homens e mulheres. Além dos atributos sociais e oportunidades associadas com ser homem ou mulher e as relações entre mulheres e homens, meninas e meninos, o gênero também se refere às relações entre mulheres e aquelas entre os homens. Estes atributos, oportunidades e relações são socialmente construídas e são aprendidas por meio de processos de socialização. Elas são específicas a um contexto e a um tempo, bem como são mutáveis (ONU BRASIL, 2016).

Assim, percebe-se que a perspectiva da Organização das Nações Unidas, que consequentemente também é assumida pela Rede Municipal de Educação, concebe que a identidade de gênero é constituída através da construção social, que atributos identitários e relações são construídos socialmente e passíveis de mudanças. Em nenhum momento o documento reflete sobre a liberdade de pensamento e diversidade conceitual sobre o assunto.

4.2 A PERSPECTIVA CONCEITUAL UNILATERAL DOS TEXTOS REFERENCIAIS PARA A EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos afirma que “a escola é local de estruturação de concepções de mundo e de consciência social, de circulação e de consolidação de valores, de promoção da diversidade cultural” (Brasil, 2007, p. 31). Esse documento referencial reconhece que “o processo formativo pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas da liberdade para o exercício da crítica, da criatividade, do debate de ideias e para o reconhecimento, respeito, promoção e valorização da diversidade” (Brasil, 2007, p. 31). Diz também que “a escola, como espaço privilegiado para a construção e consolidação da cultura de direitos humanos, deve assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos” (Brasil, 2007, p. 32). Dentre os diversos princípios norteadores que o texto apresenta, o primeiro diz que “a educação deve ter a função de desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais” e mais adiante recomenda que a equidade de gênero seja assegurada (Brasil, 2007, p. 32). Observou-se que a perspectiva de gênero mencionada no texto, refere-se a da construção social. Portanto, quais implicações a perspectiva unilateral sobre a formação da identidade, em tais documentos, traria para a comunidade escolar?

Visto que todas as práticas escolares devem estar de acordo com a educação em direitos humanos, os demais documentos referenciais e regulatórios também reproduzem em cadeia a mesma perspectiva conceitual unilateral. Um desses documentos é o Parecer 02/2014 – CAOPEduc²⁰ (Centro de Apoio Operacional às

²⁰ Documento intitulado “Nome Social para menores de 18 anos” elencado como texto referencial da SME (<https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/textos-educacao-e-diversidades/5803>).

Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente e da Educação), elaborado para o Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Grupo Dignidade, e também utilizado como referência pela Gerência de Educação em Direitos Humanos da SME de Curitiba. Esse documento, ao discutir a necessidade da legalização da inclusão do nome social de menores de 18 anos em documentos nas instituições de ensino, argumenta que aquelas crianças menores de 16 anos e por isso, dependentes do consentimento e representação dos pais ou responsáveis para requerer a inclusão do seu nome social, recomenda que

[...] se os pais/responsável legal se recusarem a formalizar o pleito, apesar da vontade manifestada pelo aluno, devem ser aqueles orientados, se necessário também com o apoio da “rede de proteção à criança e ao adolescente” local, acerca dos potenciais malefícios advindos da não inclusão do nome social e, caso persista a recusa, o caso deverá ser encaminhado ao Ministério Público, de modo que seja avaliada a ocorrência de possível “colisão de interesses” e a necessidade da tomada de medidas administrativas ou judiciais para assegurar a adoção da solução que melhor atenda os interesses da criança/adolescente (DIGIÁCOMO & DINIZ, 2014, p. 11).

Vê-se que, como todos os referências para a educação estão fundamentados na educação em direitos humanos, ou seja, com a perspectiva da construção social da identidade, aqueles pais de crianças menores de 18 anos que discordarem e não agirem de acordo com tal conceito de gênero, pelo menos de acordo com esse parecer, devem ser orientados “acerca dos potenciais malefícios advindos da não inclusão do nome social” e avaliada “a necessidade da tomada de medidas administrativas ou judiciais”. Visivelmente os documentos oficiais, que fundamentam sua concepção de identidade de gênero na construção social, buscam induzir pais e responsáveis a assumir sua perspectiva e assim, acolher desejos e vontades dos menores, sem nenhuma investigação sobre motivações, perspectivas e a imaginação da criança e do adolescente sobre a mudança do nome social.

Diante da diversidade de concepções sobre a formação da identidade descritas por esta investigação, nota-se que pareceres como esse, colocam-se em posição de árbitro do que é melhor para o outro, segundo sua particular visão de mundo. Se fosse o contrário, um parecer com a perspectiva biológica ou metafísica arbitrando sobre todos os outros, também seria evidente o menosprezo à pluralidade de visões de mundo e à liberdade dos pais orientarem seus filhos. É indiscutível, neste

ponto de vista, que antes da presença da discussão sobre a diversidade de concepções identitárias, imperou, historicamente, a concepção binária e consequentemente o desamparo as demandas daqueles que não partilhavam desta concepção. O desequilíbrio representativo das diversas correntes conceituais que prejudicava uns, inverteu-se e passou a prejudicar outros. Nesse sentido, cabe ainda questionar sobre a possibilidade ou a impossibilidade em acolher uma multiplicidade de concepções em um mundo cada vez mais múltiplo e diverso.

4.3 A CAMINHO DE UMA REFLEXÃO CONCLUSIVA: A NECESSIDADE DE JUSTIÇA E EQUIDADE PARA TODOS

Como garantir pluralidade diante de tal contexto? Sabemos que a perspectiva da formação da identidade como construção social, quando observada a discussão histórica, foi incorporada em documentos e políticas para a educação muito recentemente. Aqueles que não eram atendidos pela concepção biológica ou metafísica de identidade eram desatendidos em suas demandas de reconhecimento, no entanto, esse fato justificaria a atual desconsideração das demais perspectivas, por parte de documentos oficiais que norteiam a educação e que se referenciam nos ODS? O recente embate na formulação da Base Nacional Comum Curricular quanto à menção da palavra gênero no texto do documento, mostra a luta política das correntes teóricas para tirar o espaço da corrente que lhe opõe. Vemos que o pêndulo sempre tende ao desequilíbrio. Qual seria então, o caminho para que a sociedade estabeleça a liberdade dos cidadãos e assegure, de fato, a pluralidade nesta questão?

Pensar em justiça e equidade nos remete à filosofia política e ao pensador John Rawls. A concepção de justiça abordada por ele poderia trazer luz para tal discussão. Rawls, em sua obra *Uma Teoria da Justiça*, buscou enfrentar certos desafios e responder à questão: o que é uma sociedade justa? Ele propõe uma resposta a essa pergunta, discutindo valores da liberdade e da igualdade. Ele afirma que “os planos dos indivíduos precisam se encaixar uns nos outros para que as várias atividades sejam compatíveis entre si e possam ser todas executadas sem que as expectativas legítimas de cada um sofram frustrações graves” (Rawls, 1997, p. 6).

Um dos pressupostos fundamentais para se compreender sua teoria é o reconhecimento do fato do pluralismo e de diversas concepções de Bem. Segundo

esse pensador, a sociedade não comunga de uma única doutrina de Bem. Isso marcaria uma ruptura com a concepção de Bem Supremo. A filosofia política clássica conceituava o bem supremo (St. Agostinho, Cidade de Deus) como modelo para o homem. No entanto, a compreensão moderna de política, concebe que não é mais possível estabelecer o Bem Supremo. Os teóricos modernos (Maquiavel e Hobbes) partem do pressuposto que o Bem não é compartilhado pelos indivíduos (Araújo, 2003).

É preciso buscar outros princípios que possam unir os humanos em uma mesma sociedade. O problema passa a ser o estabelecimento dos princípios de justiça que poderiam regular a coexistência de membros, cujos pensamentos e doutrinas, divergem uns dos outros. Segundo Rawls

Nos casos em que as regras de determinada parcela de uma instituição são conhecidas apenas por aqueles que pertencem a ela, podemos supor que há um entendimento de que essas pessoas podem criar regras para si próprias conquanto que essas regras sejam destinadas a atingir finalidades aceitas de forma geral e que os outros não sejam afetados negativamente (RAWLS, 1997, p. 59).

O pensador diz que um dos problemas da filosofia política moderna é a legitimidade do poder político, pois como não pode mais ser considerado aquele emanado do poder Divino precisa originar-se das relações entre os humanos. Um dos aprendizados mais dolorosos e difíceis no processo de modernização da sociedade seria a convivência e tolerância de divergências profundas acerca de algo que seja mais essencial que a política, mas que precisa da política para sobreviver: o sentido último da existência humana. Segundo Rawls (1997), os filósofos antigos pensavam que a ética e a política eram disciplinas que tratavam desse problema fundamental: quais são os fins últimos que nós buscamos com nossas ações? Porém, quando se busca a concepção de excelência humana e virtudes para se chegar a essa excelência, a tendência é divergir, surge um enorme pluralismo de concepções de virtude.

A contraposição do pluralismo seria a opressão: quando um poder político tenta fazer com que seus cidadãos comunguem de uma concepção unívoca acerca do bem. O problema agora, segundo Rawls, seria como estabelecer princípios de justiça em meio a diversidade e conflito de opiniões sobre o que seja o sentido último da existência humana. Para se fazer filosofia política se deveria partir desse

pressuposto. Outro pressuposto para a compreensão da teoria de Rawls é o reconhecimento de todos os membros da sociedade como seres racionais (escolher fins e metas e mudar sua concepção caso queira) e razoáveis, duas capacidades morais intrínsecas aos indivíduos, que buscam esclarecer e realizar sua própria noção de Bem. Junto com essas capacidades, Rawls diz que cada cidadão é capaz de respeitar os termos equitativos da cooperação social. O fato de que eu eleja meus fins não me dá o direito de pensar que na realização dos meus fins, os fins dos outros não podem ser realizados, ou que sejam obstáculos aos meus. O problema da convivência em sociedade não seria a eliminação dos fins de cada um e sim, da capacidade de conjugar o livre arbítrio de cada um dentro de uma lei universal da liberdade que todos possam compartilhar (Araújo, 2003).

Então, a tese principal de Rawls seria uma possibilidade estratégica viável para viabilizar a coexistência e o equilíbrio de poder político dos cidadãos em seus diferentes modos de vida e concepções de formação de identidade. No entanto, sua tese não prescinde da compreensão de que só poderá ser realizada em ambientes e Estados democráticos, pois apenas nesses ambientes é possível estabelecer a tolerância e o respeito à alteridade. Rawls elabora uma complexa malha para explicar como poderíamos aceitar posições alheias sobre princípios de justiça, que não é objeto desta investigação. O que é interessante tomar emprestado de Rawls, para refletir sobre o problema com a identidade de gênero, é sua exigência sobre a razoabilidade dos seres racionais envolvidos na discussão, pois se todos insistirem que sua posição individual seja universalizada não haveria como ordenar tais desejos. Estabelecer que a razoabilidade e igualdade de condições seja a métrica da discussão parece o mais razoável.

Percebe-se que a questão dos conflitos teóricos sobre a formação da identidade não é o primeiro e certamente não será e o último entrave conceitual inegociável para diferentes setores da sociedade, pois poucos estão dispostos a entrar no processo democrático que envolve a definição de princípios e concepções a respeito.

Vimos que a filosofia política já elaborou discussões profundas sobre questões dessa natureza e propôs estratégias, como o fez John Rawls. O que falta então para haver um entendimento? Talvez uma efetiva vontade, política e social, de

discutir as mais diversas formas de pensar e refletir sobre a condição humana no mundo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luís Bernardo. **Jonh Rawls e o Renascimento do Liberalismo**. Palestra em Vídeo. 2003. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1esOeeHVDiI> Acesso em 10/09/2019.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer** – Palavras e Ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARON-COHEN, Simon. **Diferença essencial: a verdade sobre o cérebro de homens e mulheres**. Tradução de Neusa Capelo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p. Disponível em <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2014/9/pdf/00045016.pdf> Acesso em 22/09/2019.

CRETELLA, Michelle. **Gender Dysphoria in Children**. Artigo. *The American College of Pediatricians*. 2016. Disponível em <https://www.acped.org/the-college-speaks/position-statements/gender-dysphoria-in-children>. Acesso em 31/08/2019.

CURITIBA, **Plano de Formação Continuada da Rede Municipal de Curitiba**. Prefeitura Municipal de Curitiba, 2019. Disponível em <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2019/7/pdf/00228626.pdf> Acesso em 28/09/2019.

DIGIÁCOMO, Murillo José & DINIZ, Hirmínia Dorigan de Matos. **Parecer 02/2014 – CAOPEduc** (Centro De Apoio Operacional Às Promotorias De Justiça Da Criança E Do Adolescente E Da Educação), 2014. Disponível em <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2014/9/pdf/00045012.pdf> Acesso em 20/09/2019

EIA. Harald. **Hjernevask**. Documentário. NRK1, 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=G0J9KZVB9FM&list=PL7wMiNA1tIPjx1hud4oWunVbEF2B4M1jh> Acesso em 31/08/2019.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Dualismo em duelo**. Artigo. Trad. Plínio Dentzien. Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp.9-79. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02.pdf>. Acesso em 01/06/2019.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2011.

KIMURA, Doreen. **Sex Differences in the Brain: Men and women display patterns of behavioral and cognitive differences that reflect varying hormonal influences on brain development**. *Scientific American*. 1999. Disponível em <http://www.ucd.ie/artspgs/langimp/genderbrain.pdf> Acesso em 29/06/2019.

KUHNEN, Tânia A. **É possível dizer algo novo sobre essencialismo de gênero?** Resenha. Universidade Federal de Santa Catarina. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 395-412, janeiro-abril, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100025 Acesso em 01/07/2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes: **A Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>> Acesso em 13/02/2018

MACHADO, Maria das Dores Campos. **O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/47463/37122> Acesso em 22/09/2019

O'LEARY, Dale. **The Gender Agenda**. Vital Issues Press. Lafayette, Lousiana. 1997. Disponível em <http://www.microbookstudio.org/learygenderagenda.htm> Acesso em 28/07/2019

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. Ed. Loyola. 2ª Ed., 2005. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=MdyZgbHCZ64C&pg=PA52&lpg=PA52&dq=TEORIA+REALISMO+SEM%3%82NTICO&source=bl&ots=vCpirjcbxq&sig=RDnkrfsLINSyPaNMAD4d3Y2AreY&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj2rOyl6rdAhUGhpAKHTkKALgQ6AEwCXoECAIQAQ#v=onepage&q&f=true> Acesso em 02/02/2019.

ONU BRASIL, **Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.** Org. Haroldo Machado Filho. Organização das Nações Unidas, 2016. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Glossario-ODS-5.pdf> Acesso em 20/09/2019.

PEREIRA, Mônica. S. **As Origens da teoria Queer.** 2016. Artigo. Disponível em: <https://marefeminista.wordpress.com/category/critica-a-teoria-queer/> Acesso em 12/02/2018.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual.** Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf Acesso em 10/02/2018.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** Trad. de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. – São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RODRIGUES, Carla. **Butler e a desconstrução do gênero.** Resenha. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a12v13n1.pdf> Acesso em 10/02/2018.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: https://archive.org/stream/scott_gender#page/n29/mode/2up Acesso em 13/02/2018

SVEINSDÓTTIR, Ásta Kristjana. **Comments on Charlotte Witt's The Metaphysics of Gender. Symposia on Gender, Race and Philosophy,** v. 8, n. 2, p. 1-5, 2012. Disponível em: <http://sgrp.typepad.com/sgrp/spring-2012-symposium-witt-on-the-metaphysics-of-gender.html>. Acesso em: 15/09/2019.

WITT, Charlotte. **The Metaphysics of Gender.** Oxford; New York: Oxford University Press, 2011. Disponível em <http://eltalondeaquiles.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/2016/08/Studies-in-Feminist-Philosophy-Charlotte-Witt-The-Metaphysics-of-Gender-Studies-in-Feminist-Philosophy-Oxford-University-Press-USA-2011.pdf> Acesso em 22/05/2019.

VERSALDI, Giuseppe Card. & ZANI, Arciv. Angelo Vincenzo. **Maschio e Femmina Li Creò: Per Una Via Di Dialogo Sulla Questione Del Gender Nell'educazione.** Congregação para a Educação Católica. 2019. Disponível em

http://www.educatio.va/content/dam/cec/Documenti/19_0996_ITA.pdf Acesso em
14/07/2019